

APOSTILA

Semana de
HUMANAS
BioExatas

- >> **Redação / Linguagens**
- >> **História / Geopolítica**
- >> **Geografia**
- >> **Filosofia / Sociologia**

ALUNO (A):

RUA ABRÃO JULIO RAHE, Nº 1076
BAIRRO CENTRO
CAMPO GRANDE-MS

CONTATO: (67) 99838-3128

BIO
EXATAS
PRÉ-VESTIBULARES **MS**

1. REVISÃO DE HISTÓRIA P/ ENEM (AULA 01)

HISTÓRIA

Prof. Dr. Bruno Blini
67-981379096
@profbrunoblini

1.1) CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS PROVA DE HISTÓRIA (2017, 2018, 2019, 2020)

- Prova interdisciplinar dentro de cada área
- Literatura + Arte, Sociologia + História, Geopolítica + História
- Prova que exige compreensão e contextualização do aluno (não decoreba)
- Teve uma menor presença de História do Brasil nas 2 últimas provas (2019, 2020)
- 68 Questões de História nas últimas 4 provas
 - 40 questões de História Geral (predominantemente europeia)
 - 28 questões de História do Brasil
- ★ 2020
17 questões = 15 (Geral), 2 (Brasil)
- ★ 2019
14 questões = 9 (Geral), 5 (Brasil)
- ★ 2018
20 questões = 7 (Geral), 13 (Brasil)
- ★ 2017
17 questões = 9 (Geral), 8 (Brasil)

62 (2020) Sexto rei sumério (governante entre os séculos XVIII e XVII a.C.) e nascido em Babel, “Khammu-rabi” (pronúncia em babilônio) foi fundador do I Império Babilônico (correspondente ao atual Iraque), unificando amplamente o mundo mesopotâmico, unindo os semitas e os sumérios e levando a Babilônia ao máximo esplendor. O nome de Hamurabi permanece indissociavelmente ligado ao código jurídico tido como o mais remoto já descoberto: o Código de Hamurabi. O legislador babilônico consolidou a tradição jurídica, harmonizou os costumes e estendeu o direito e a lei a todos os súditos.

Disponível em: www.direitoshumanos.usp.br. Acesso em: 12 fev. 2013 (adaptado).

Nesse contexto de organização da vida social, as leis contidas no Código citado tinham o sentido de

- A) assegurar garantias individuais aos cidadãos livres.
- B) tipificar regras referentes aos atos dignos de punição.
- C) conceder benefícios de indulto aos prisioneiros de guerra.
- D) promover distribuição de terras aos desempregados urbanos.
- E) conferir prerrogativas políticas aos descendentes de estrangeiros.

I.1) MESOPOTÂMIA (± 3.700 A.C – 539 A.C)

→ D) OS BABILÔNICOS (1.800A.C – 1.600 A.C)

→ Fundam o 1º Império Babilônico

↔ Características Políticas e Sociais:

→ Rei Hamurabi

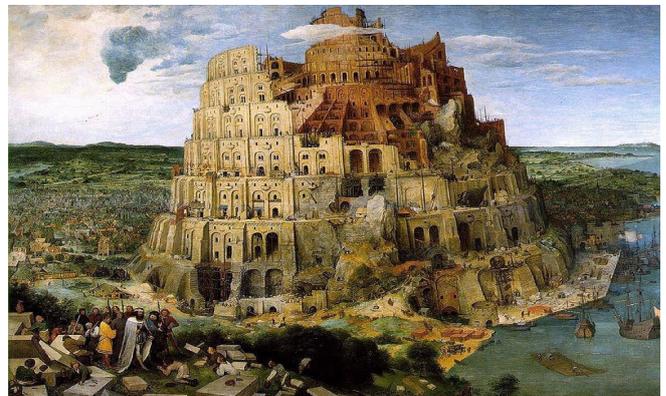
→ “1º código de leis escritas” (código de Hamurabi) →

→

→



→ Zigurate ao Deus Marduk →



CÓDIGO DE HAMURABI (Babilônia - +/- 3.000 a.C.)

Introdução:

Um lugar onde quase tudo que consideramos civilizado nasceu, ex. escrita, tijolo, cerveja. O crescente fértil, onde está hoje o Iraque e uma parte do Irã. Tem esse nome por causa da fertilidade do Rio Tigre e do Rio Eufrates e ambos dão um formato de uma lua crescente de cabeça para baixo. Uma sociedade há +/- 3.000 anos e rica.

Código Hamurabi (282 artigos)

No final de 1901, uma expedição francesa de arqueologia encontrou um pedaço "estrela" com aproximadamente 2,5 m de altura contendo um número de 282 de Leis, Artigos que chamamos de **Código de Hamurabi, porque foi escrito a mando do rei Hamurabi na Babilônia em 1750 a.C.**

Sociedade da Babilônia do rei Hamurabi

Era dividida em três camadas sociais, e representadas por uma pirâmide de cabeça pra baixo:

1ª – **Awilum**, homens livres com todos os direitos de cidadão, era o maior e tinha na sua composição tanto ricos como pobres;

2ª – **Muskênum** – camada intermediária entre os Awilum e escravos, era formado por funcionários públicos – serviam a realeza;

3ª – **Escravos** – prisioneiros de guerra e minoria da população;

Alguns Artigos do Código de Hamurabi ou alguns tópicos:

Talião (a pena de Talião) Idéia da Equivalência – exemplificado na Bíblia com a seguinte frase: **“olho por olho, dente por dente...”**

Não é uma Lei, é uma idéia que indica que a pena do delito é equivalente ao dano causado neste: “Se João cegou Antonio, João terá o mesmo sofrimento que teve Antonio; ficará cego”. Dá uma idéia de equivalência, a idéia da proporcionalidade.

- Artigo 229 e 230 – Talião:

Art. 229 – **“Se o construtor edificou uma casa para o homem livre (Awilum), mas não reforça o seu trabalho, e a casa, que construir, cair e causar a morte do dono da casa, esse construtor será morto”.**

Art. 230 – **“Se causou a morte do filho da casa, matarão o filho do construtor”.**

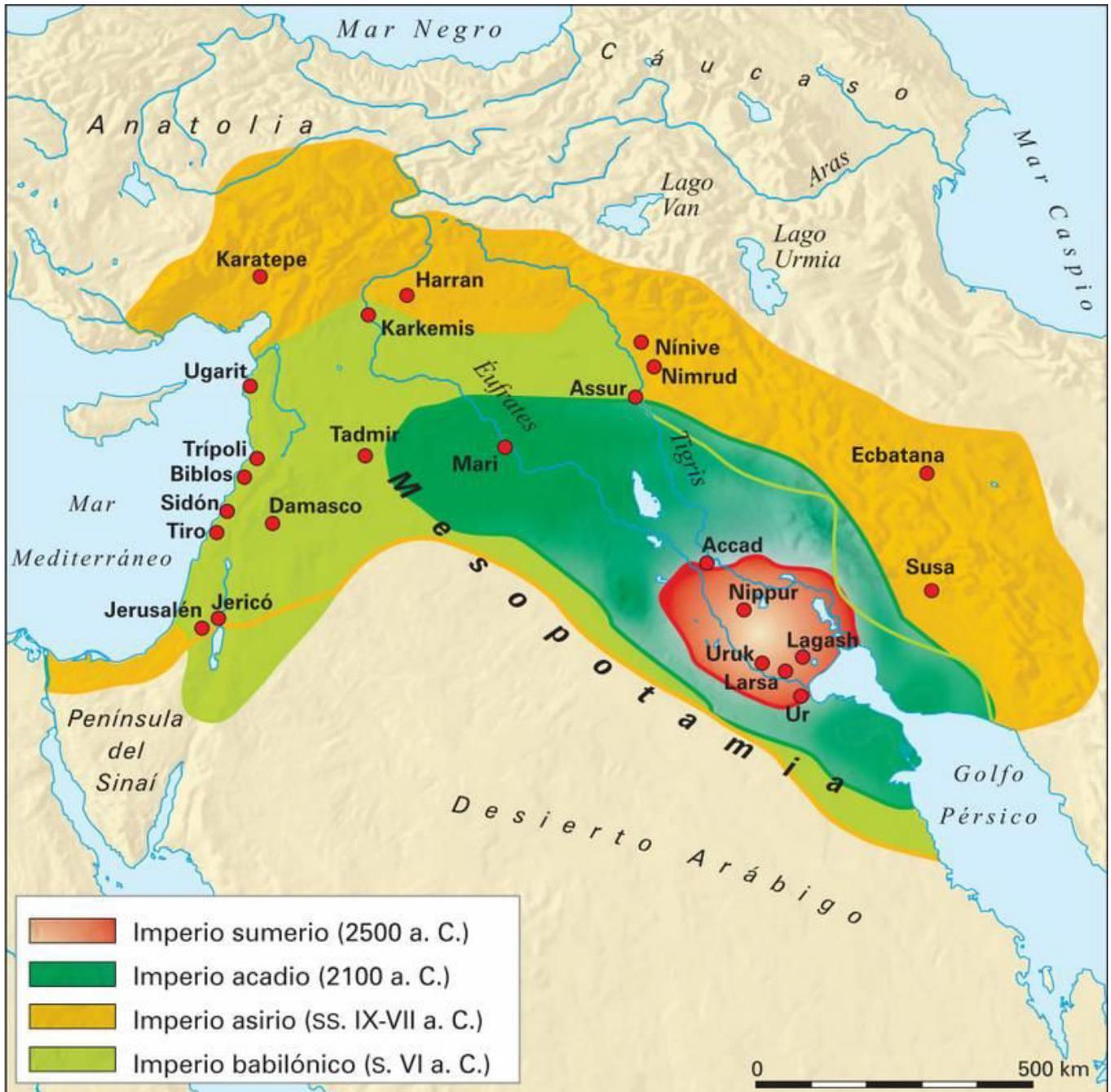
O Código Hamurabi utiliza esse princípio no tocante a danos físicos.

NO BRASIL, É um crime previsto no CP a conduta do agente que “faz justiça com as próprias mãos”. – Art. 345 CP;

Falso Testemunho

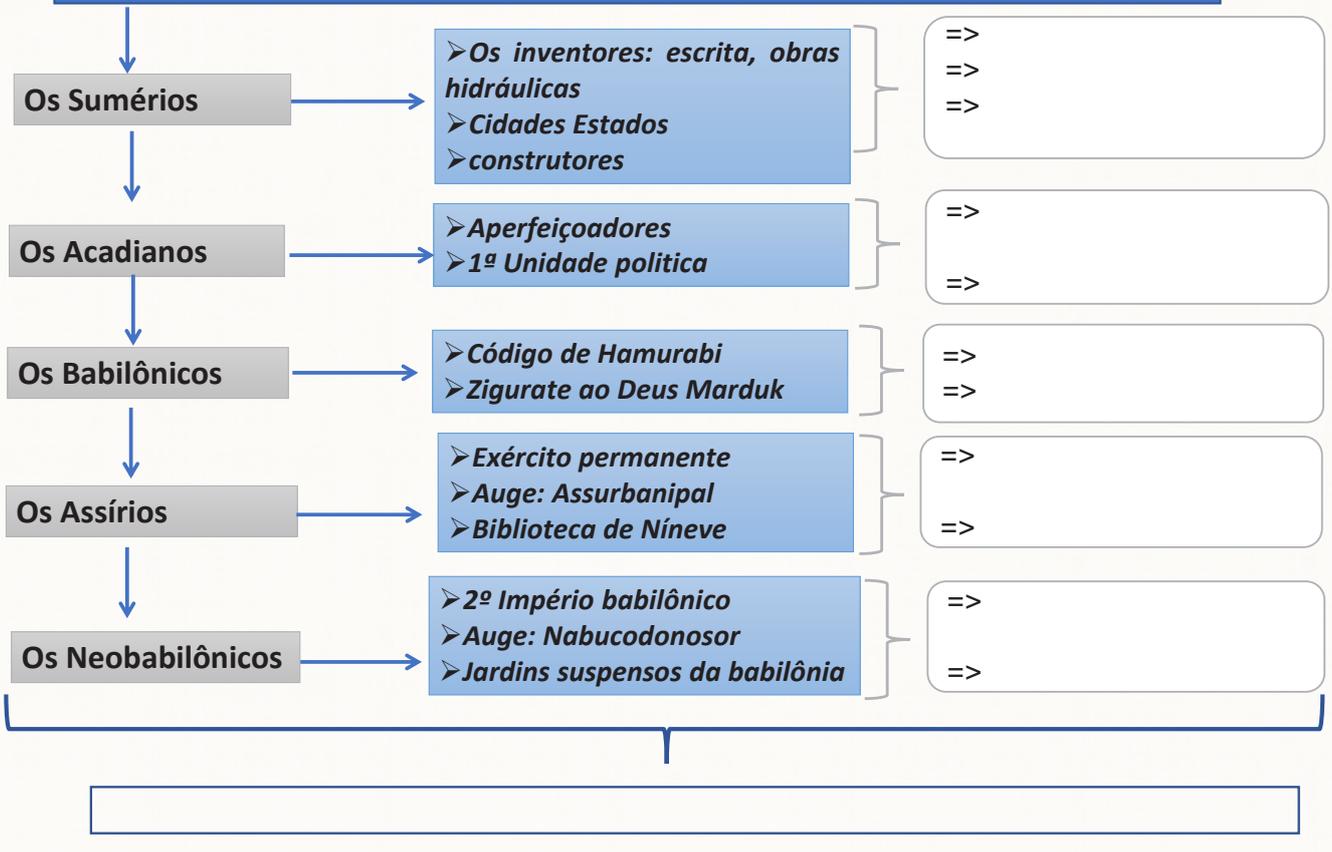
Era tratado com severidade pelos povos antigos notadamente na Babilônia, porque a prova material era de difícil constatação (prova pela fala), restando somente a prova testemunhal (aquela ocular) dos fatos. A **prova testemunhal era a “Rainha das Provas”;**

- Art. 3º - CH – **“Se um Awilum apresentou-se em um processo com testemunho falso e não pode comprovar o que disse: se esse processo é um processo capital (processo principal) esse Awilum será morto”.**



Mapa de Resumo: Mesopotâmia - Prof. Dr. Bruno Blini

MESOPOTÂMIA (± 3.700 A.C – 534 A.C) => as civilizações mesopotâmicas



62 (2020) Na Grécia, o conceito de povo abrange tão somente aqueles indivíduos considerados cidadãos. Assim é possível perceber que o conceito de povo era muito restritivo. Mesmo tendo isso em conta, a forma democrática vivenciada e experimentada pelos gregos atenienses nos séculos IV e V a.C. pode ser caracterizada, fundamentalmente, como direta. MANDUCO, A. **Ciência política**. São Paulo: Saraiva, 2011.

Naquele contexto, a emergência do sistema de governo mencionado no excerto promoveu o(a)

- competição para a escolha de representantes.
- campanha pela revitalização das oligarquias.
- estabelecimento de mandatos temporários.
- declínio da sociedade civil organizada.
- participação no exercício do poder.

79 (2019) A soberania dos cidadãos dotados de plenos direitos era imprescindível para a existência da cidade-estado. Segundo os regimes políticos, a proporção desses cidadãos em relação à população total dos homens livres podia variar muito, sendo bastante pequena nas aristocracias e oligarquias e maior nas democracias.

CARDOSO, C. F. **A cidade-estado clássica**. São Paulo: Ática, 1985.

Nas cidades-estado da Antiguidade Clássica, a proporção de cidadãos descrita no texto é explicada pela adoção do seguinte critério para a participação política:

- A) Controle da terra.
- B) Liberdade de culto.
- C) Igualdade de gênero.
- D) Exclusão dos militares.
- E) Exigência da alfabetização.

 **DEMOCRACIA ATENIENSE (CLÍSTENES):**

- **Governo dos cidadãos** →
- **Isonomia** → todo cidadão é =

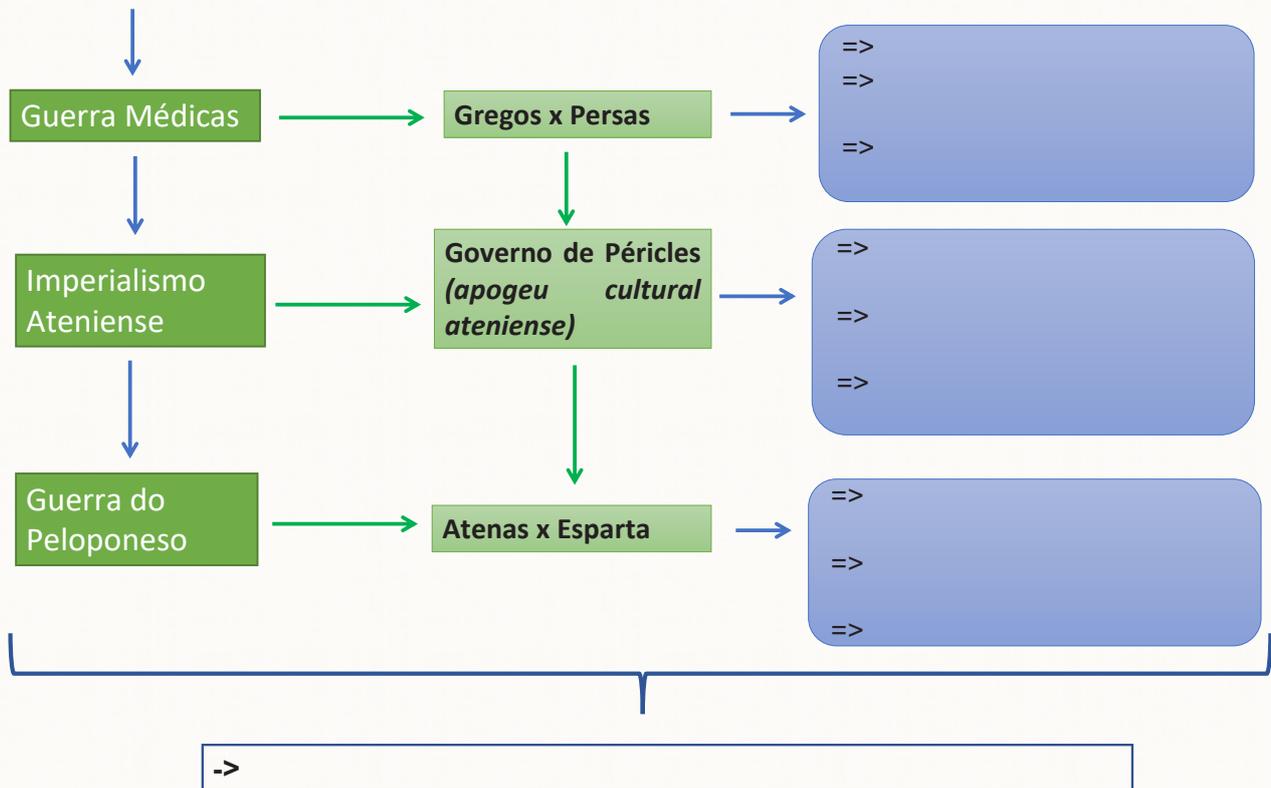
Cidadãos →

- Participação direta → ↑
- Ostracismo →

↓

Mapa conceitual: Grécia Antiga/Período Clássico- Prof. Dr. Bruno Blini

Período Clássico (Séc. VI-IV A.C) -> do apogeu cultural ao enfraquecimento grego



Questão 70 (2020)

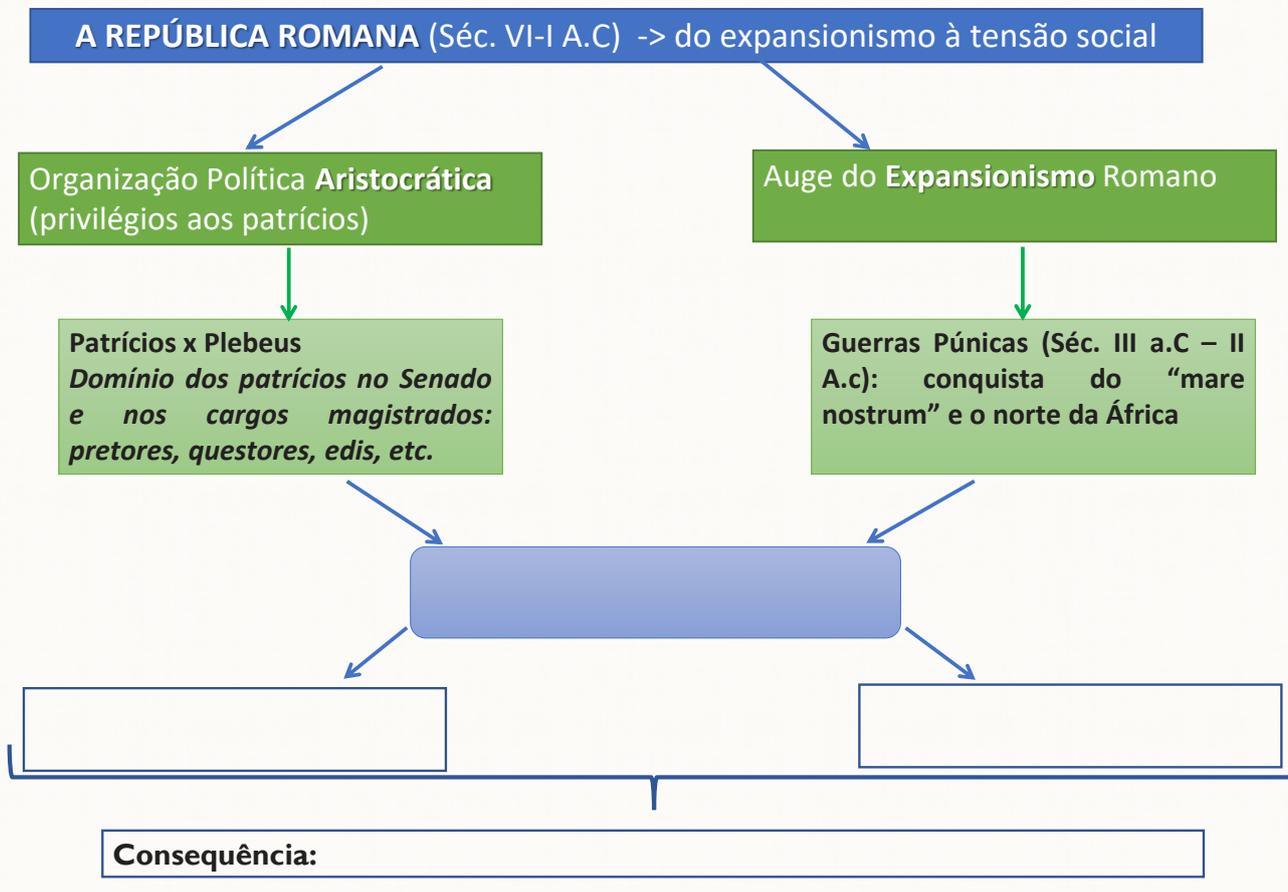
Com efeito, até a destruição de Cartago, o povo e o Senado romano governavam a República em harmonia e sem paixão, e não havia entre os cidadãos luta por glória ou dominação; o medo do inimigo mantinha a cidade no cumprimento do dever. Mas, assim que o medo desapareceu dos espíritos, introduziram-se os males pelos quais a prosperidade tem predileção, isto é, a libertinagem e o orgulho.

SALÚSTIO. **A conjuração de Catilina/A guerra de Jugurta**. Petrópolis: Vozes, 1990 (adaptado).

O acontecimento histórico mencionado no texto de Salústio, datado de I a.C., manteve correspondência com o processo de

- A) demarcação de terras públicas.
- B) imposição da escravidão por dívidas.
- C) restrição da cidadania por parentesco.
- D) restauração de instituições ancestrais.
- E) expansão das fronteiras extrapeninsulares.

Mapa conceitual: República Romana - Prof. Dr. Bruno Blini



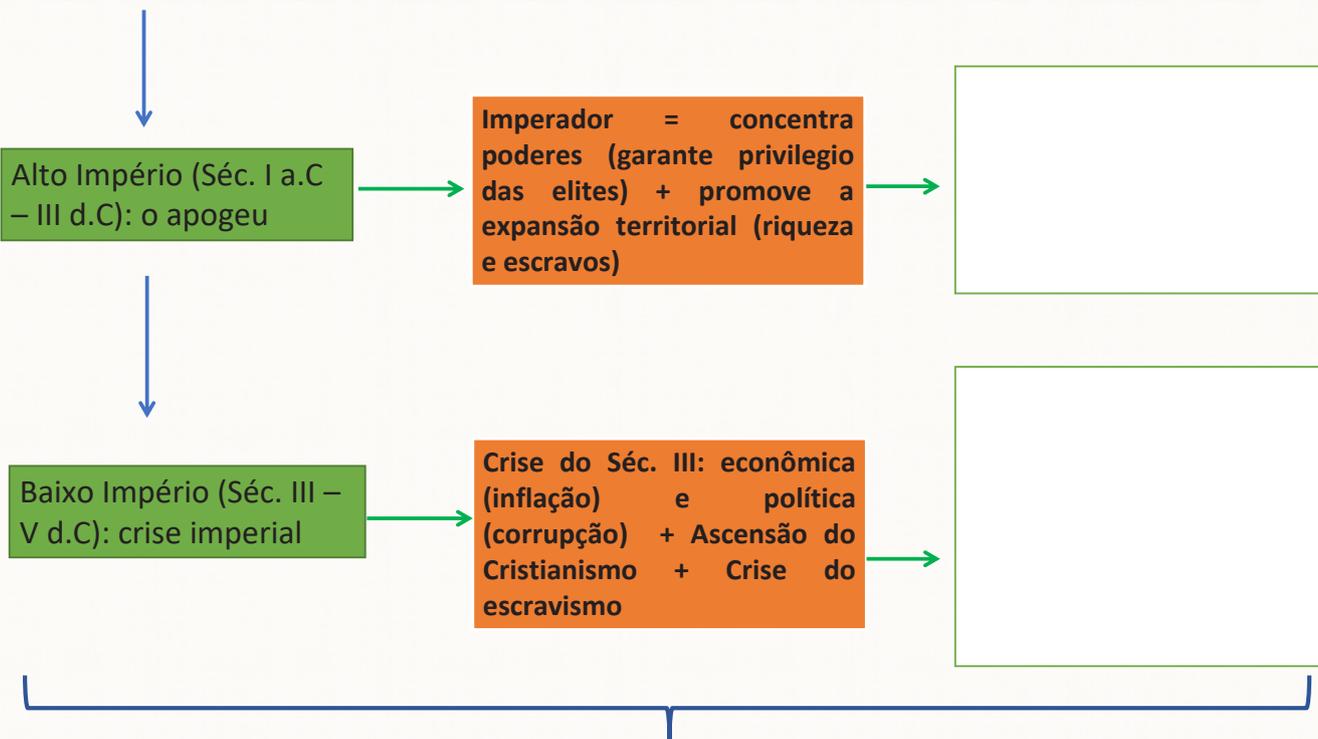
Questão 83 (2020) Ao abrigo do teto, sua jornada de fé começava na sala de jantar. Na pequena célula cristã, dividia-se a refeição e durante elas os crentes conversavam, rezavam e liam cartas de correligionários residentes em locais diferentes do Império Romano (século II da Era Cristã). Esse ambiente garantia peculiar apoio emocional às experiências intensamente individuais que abrigava. SENNET, R. **Carne e pedra**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Um motivo que explica a ambientação da prática descrita no texto encontra-se no(a)

- A) regra judaica, que pregava a superioridade espiritual dos cultos das sinagogas.
- B) moralismo da legislação, que dificultava as reuniões abertas da juventude livre.
- C) adesão do patriciado, que subvertia o conceito original dos valores estrangeiros.
- D) decisão política, que censurava as manifestações públicas da doutrina dissidente.
- E) violência senhorial, que impunha a desestruturação forçada das famílias escravas.

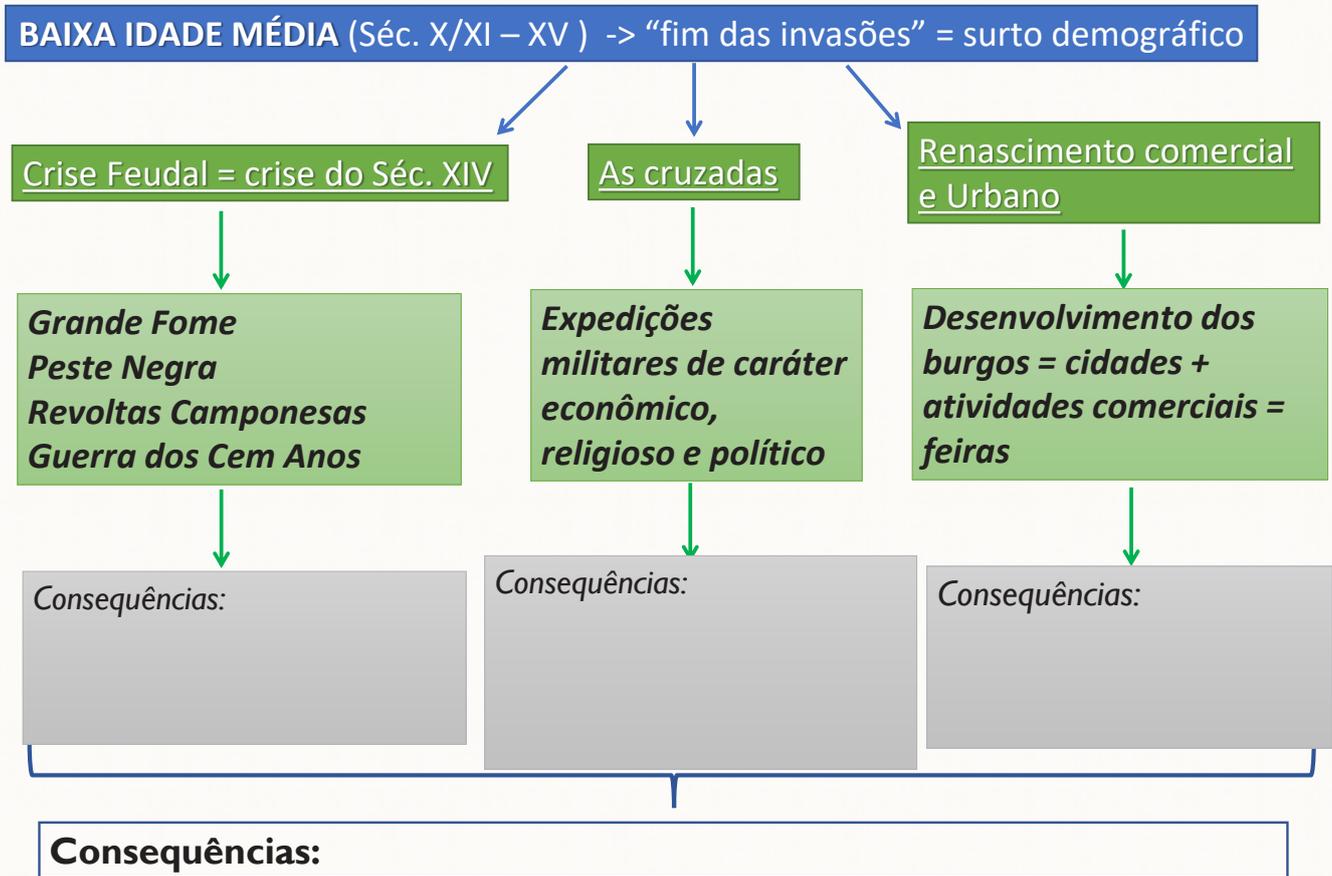
Mapa conceitual: Império Romano - Prof. Dr. Bruno Blini

O IMPÉRIO ROMANO (Séc. I a.C – Séc V d.C) -> Centralização política (Imperador)



Consequência:

Mapa conceitual: **BAIXA IDADE MÉDIA**- Prof. Dr. Bruno Blini



60 (2019) A cidade medieval é, antes de mais nada, uma sociedade da abundância, concentrada num pequeno espaço em meio a vastas regiões pouco povoadas. Em seguida, é um lugar de produção e de trocas, onde se articulam o artesanato e o comércio, sustentados por uma economia monetária. É também o centro de um sistema de valores particular, do qual emerge a prática laboriosa e criativa do trabalho, o gosto pelo negócio e pelo dinheiro, a inclinação para o luxo, o senso da beleza. É ainda um sistema de organização de um espaço fechado com muralhas, onde se penetra por portas e se caminha por ruas e praças e que é guarnecido por torres.

LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. Bauru: Edusc, 2006.

No texto, o espaço descrito se caracteriza pela associação entre a ampliação das atividades urbanas e a

- A) emancipação do poder hegemônico da realeza.
- B) aceitação das práticas usurárias dos religiosos.
- C) independência da produção alimentar dos campos.
- D) superação do ordenamento corporativo dos ofícios.
- E) permanência dos elementos arquitetônicos de proteção.

Questão 47 (2018) A existência em Jerusalém de um hospital voltado para o alojamento e o cuidado dos peregrinos, assim como daqueles entre eles que estavam cansados ou doentes, fortaleceu o elo entre a obra de assistência e de caridade e a Terra Santa. Ao fazer, em 1113, do Hospital de Jerusalém um estabelecimento central da ordem, Pascoal II estimulava a filiação dos hospitalários do Ocidente a ele, sobretudo daqueles que estavam ligados à peregrinação na Terra Santa ou em outro lugar. A militarização do Hospital de Jerusalém não diminuiu a vocação caritativa primitiva, mas a fortaleceu. DEMURGER, A. **Os Cavaleiros de Cristo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002 (adaptado). o acontecimento descrito vincula-se ao fenômeno ocidental do(a)

- a) surgimento do monasticismo guerreiro, ocasionado pelas cruzadas.
- b) descentralização do poder eclesiástico, produzida pelo feudalismo.
- c) alastramento da peste bubônica, provocado pela expansão comercial.
- d) afirmação da fraternidade mendicante, estimulada pela reforma espiritual.
- e) criação das faculdades de medicina, promovida pelo renascimento urbano.

70 (2019) Mas era sobretudo a lã que os compradores, vindos da Flandres ou da Itália, procuravam por toda a parte. Para satisfazê-los, as raças foram melhoradas através do aumento progressivo das suas dimensões. Esse crescimento prosseguiu durante todo o século XIII, e as abadias da Ordem de Cister, onde eram utilizados os métodos mais racionais de criação de gado, desempenharam certamente um papel determinante nesse aperfeiçoamento.

DUBYG. Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval Lisboa: Estampa, 1987 (adaptado)

O texto aponta para a relação entre aperfeiçoamento da atividade pastoril e avanço técnico na Europa Ocidental feudal, que resultou do(a)

- a) crescimento do trabalho escravo.
- b) desenvolvimento da vida urbana.
- c) padronização dos impostos locais.
- d) uniformização do processo produtivo.
- e) desconcentração da estrutura fundiária.

Mapa conceitual: Reformas Religiosas- Prof. Dr. Bruno Blini

AS REFORMAS RELIGIOSAS (Séc. XVI) -> Protestantes e Católica



52 (2020) Dois grandes eventos históricos tornaram possível um caso como o de Menocchio: a invenção da imprensa e a Reforma. A imprensa lhe permitiu confrontar os livros com a tradição oral em que havia crescido e lhe forneceu as palavras que nele conviviam. A Reforma lhe deu audácia para comunicar o que pensava ao padre do vilarejo, conterrâneos, inquisidores — mesmo não tendo conseguido dizer tudo diante do papa, dos cardeais e dos príncipes, como queria.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

Os acontecimentos históricos citados ajudaram esse indivíduo, no século XVI, a repensar a visão católica do mundo ao possibilitarem a

- consulta pública das bibliotecas reais.
- sofisticação barroca do ritual litúrgico.
- aceitação popular da educação secular.
- interpretação autônoma dos textos bíblicos.
- correção doutrinária das heresias medievais.

73 (2019) O cristianismo incorporou antigas práticas relativas ao fogo para criar uma festa sincrética. A igreja retomou a distância de seis meses entre os nascimentos de Jesus Cristo e João Batista e instituiu a data de comemoração a este último de tal maneira que as festas do solstício de verão europeu com suas tradicionais fogueiras se tornaram “fogueiras de São João”. A festa do fogo e da luz no entanto não foi imediatamente associada a São João Batista. Na Baixa Idade Média, algumas práticas tradicionais da festa (como banhos, danças e cantos) foram perseguidas por monges e bispos. A partir do Concílio de Trento (1545-1563), a Igreja resolveu adotar celebrações em torno do fogo e associá-las à doutrina cristã.

CHIANCA, L. Devoção e diversão: expressões contemporâneas de festas e santos católicos. Revista Antropológicas, n. 18, 2007 (adaptado).

Com o objetivo de se fortalecer, a instituição mencionada no texto adotou as práticas descritas, que consistem em:

- a) promoção de atos ecumênicos.
- b) fomento de orientação bíblicas.
- c) apropriação de cerimônias seculares.
- d) retomada de ensinamentos apostólicos.
- e) ressignificação de rituais fundamentalistas.

1. REVISÃO DE HISTÓRIA P/ ENEM (AULA 02)

HISTÓRIA

Prof. Dr. Bruno Blini
67-981379096
@profbrunoblini

66 (2018) QUESTÃO 66

O século XVIII é, por diversas razões, um século diferenciado. Razão e experimentação se aliavam no que se acreditava ser o verdadeiro caminho para o estabelecimento do conhecimento científico, por tanto tempo almejado. O fato, a análise e a indução passavam a ser parceiros fundamentais da razão. É ainda no século XVIII que o homem começa a tomar consciência de sua situação na história.

ODALIA, N. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

No ambiente cultural do Antigo Regime, a discussão filosófica mencionada no texto tinha como uma de suas características a

- A) aproximação entre inovação e saberes antigos.
- B) conciliação entre revelação e metafísica platônica.
- C) vinculação entre escolástica e práticas de pesquisa.
- D) separação entre teologia e fundamentalismo religioso.
- E) contraposição entre clericalismo e liberdade de pensamento.

63 (2019) TEXTO I

A centralização econômica, o protecionismo e a expansão ultramarina engrandeceram o Estado, ANDERSON, P. In: DEYON, P. O mercantilismo. Lisboa: Gradiva, 1989 (adaptado).

TEXTO II

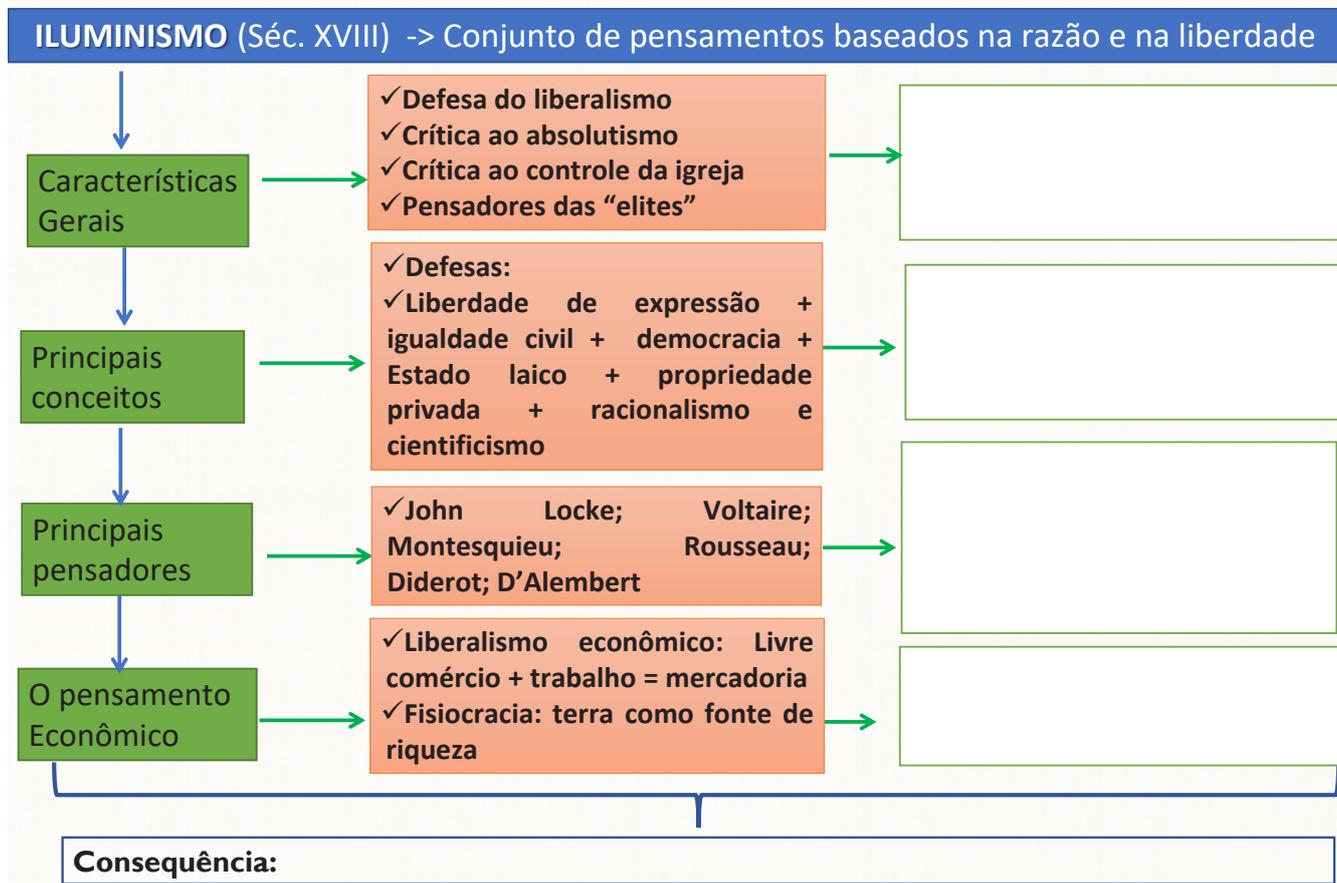
As interferências da legislação e das práticas natural na esfera das relações econômicas.

SMITH, A. A riqueza das Nações. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (adaptado).

Entre os séculos XVI e XIX, diferentes concepções sobre as relações entre Estado e economia foram formuladas. Tais concepções, associadas a cada um dos textos, confrontam-se, respectivamente, na oposição entre as práticas de

- A) valorização do pacto colonial — combate à livre-iniciativa.
- B) defesa dos monopólios régios — apoio à livre concorrência.
- C) formação do sistema metropolitano — crítica à livre navegação.
- D) abandono da acumulação metalista — estímulo ao livre-comércio.
- E) eliminação das tarifas alfandegárias — incentivo ao livre-cambismo.

Mapa conceitual: ILUMINISMO - Prof. Dr. Bruno Blini



Questão 86 (2020)

Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão – 1789

Os representantes do povo francês, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral.

Disponível em: www.direitoshumanosusp.br. Acesso em: 7 jun. 2018 (adaptado).

Esse documento, elaborado no contexto da Revolução Francesa, reflete uma profunda mudança social ao estabelecer a

- A) manutenção das terras comunais.
- B) supressão do poder constituinte.
- C) falência da sociedade burguesa.
- D) paridade do tratamento jurídico.
- E) abolição dos partidos políticos.

Questão 49 (2017) Fala-se muito nos dias de hoje em direitos do homem. Pois bem: foi no século XVIII — em 1789, precisamente — que uma Assembleia Constituinte produziu e proclamou em Paris a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Essa Declaração se impôs como necessária para um grupo de revolucionários, por ter sido preparada por uma mudança no plano das ideias e das mentalidades: o Iluminismo.

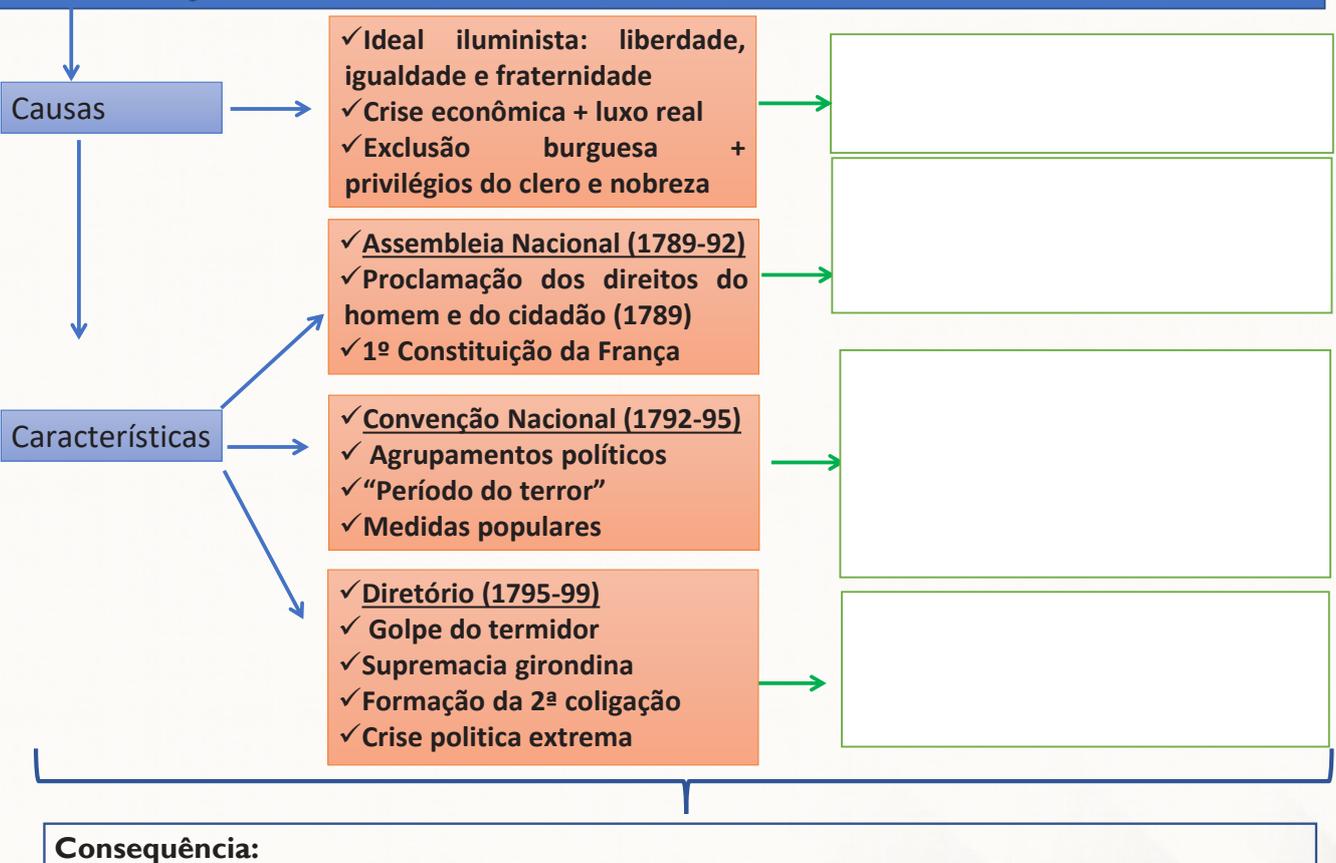
FORTES, L. R. S. O Iluminismo e os reis filósofos. São Paulo: Brasiliense, 1981 (adaptado).

Correlacionando temporalidades históricas, o texto apresenta uma concepção de pensamento que tem como uma de suas bases a

- a) modernização da educação escolar.
- b) atualização da disciplina moral cristã.
- c) divulgação de costumes aristocráticos.
- d) socialização do conhecimento científico.
- e) universalização do princípio da igualdade civil.

Mapa de Resumo: REVOLUÇÃO FRANCESA- Prof. Dr. Bruno Blini

AS REVOLUÇÕES FRANCESA (1789-1799) -> Da queda do absolutismo à Era Napoleônica



Questão 54 (2019) Dificilmente passa-se uma noite sem que algum sitiante tenha seu celeiro ou sua pilha de cereais destruídos pelo fogo. Vários trabalhadores não diretamente envolvidos nos ataques pareciam apoiá-los, como se vê neste depoimento ao The Times: “deixa queimar, pena que não foi a casa”; “podemos nos aquecer agora”; “nós só queríamos algumas batatas; há um fogo ótimo para cozinhá-las”. HOBBSAWM, E.; RUDÉ, G. Capitão Swing. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982 (adaptado).

A revolta descrita no texto, ocorrida na Inglaterra no século XIX, foi uma reação ao seguinte processo socioespacial:

- A) Restrição da propriedade privada.
- B) Expropriação das terras comunais.
- C) Imposição da estatização fundiária.
- D) Redução da produção monocultora.
- E) Proibição das atividades artesanais.

1. AS REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS (1760-1860...)

Pioneirismo Inglês:

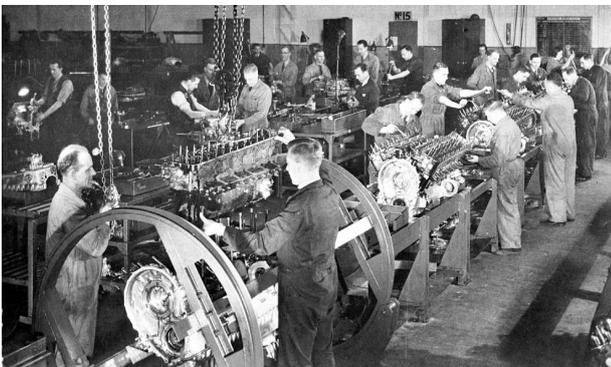
Acúmulo de capital nos Séc. XVII E XVIII =
Grande Poderio Naval — Atos de Navegação (1650) =



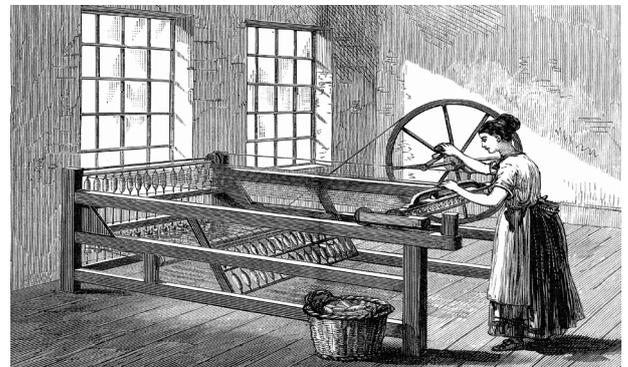
Grandes Jazidas de Carvão Mineral e Minério de Ferro —>
Expropriação dos Camponeses — Lei de Cercamentos



Grande número de desempregados =
Revolução Técnica —>



Tear hidráulico



Máquina de fiar

I.1) FASES DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

1° revolução industrial (1760 - 1860)	
PERÍODO	
LOCAIS	
MATERIAIS	
FONTE ENERGÉTICA	
SETORES INDUSTRIAIS	
ECONOMIA	
CARACTERÍSTICAS	Jornada de até 16/18 Horas Formação dos subúrbios(moradia dos operários) <u>Ludismo:</u> <u>Cartismo:</u>

78) (2020) O toyotismo, a partir dos anos 1970, teve grande impacto no mundo ocidental, quando se mostrou para os países avançados como uma opção possível para a superação de uma crise de acumulação.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009 (adaptado).

A característica organizacional do modelo em questão, requerida no contexto de crise, foi o(a)

- A) expansão dos grandes estoques.
- B) incremento da fabricação em massa.
- C) adequação da produção à demanda.
- D) aumento da mecanização do trabalho.
- E) centralização das etapas de planejamento.

I.1) FASES DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

3° revolução industrial/revolução técnico-científica (evolução tecnológica): séc. XX	
PERÍODO	
LOCAIS	
MATERIAIS	
FONTE ENERGÉTICA	
SETORES INDUSTRIAIS	
ECONOMIA	
CARACTERÍSTICAS	Terceirização; Globalização; Toyotismo: <i>flexibilidade, qualificação, atender apenas a demanda necessária, pesquisa de satisfação do consumidor</i>

76 (2019) Essa atmosfera de loucura e irrealidade, criada pela aparente ausência de propósitos, é a verdadeira cortina de ferro que esconde dos olhos do mundo todas as formas de campos de concentração. Vistos de fora, os campos e o que neles acontece só podem ser descritos com imagens extraterrenas, como se a vida fosse neles separada das finalidades deste mundo. Mais que o arame farpado, é a irrealidade dos detentos que ele confina que provoca uma crueldade tão incrível que termina levando à aceitação do extermínio como solução perfeitamente normal.

ARENDDT, H. Origens do totalitarismo. São Paulo: Cia. das Letras, 1989 (adaptado).

A partir da análise da autora, no encontro das temporalidades históricas, evidencia-se uma crítica à naturalização do(a)

- A) ideário nacional, que legitima as desigualdades sociais.
- B) alienação ideológica, que justifica as ações individuais.
- C) cosmologia religiosa, que sustenta as tradições hierárquicas.
- D) segregação humana, que fundamenta os projetos biopolíticos.
- E) enquadramento cultural, que favorece os comportamentos punitivos.

I. EUROPA NO SÉC. XIX

↳ Séc. da "Burguesia"

I.2) DOCTRINAS POLÍTICO-SOCIAIS

➔ DARWINISMO SOCIAL →



A) Características Gerais:

↳ Defesa da superioridade racial e cultural →

↳ "Zoológicos Humanos" →

↳ Antropologia Criminal →

↳ Eugenia (boa origem) →

↳ Justificar o Neocolonialismo

↳ Dicotomia = "civilizados" e "primitivos" →

I. EUROPA NO SÉC. XIX

↳ Séc. da "Burguesia"

I.2) DOCTRINAS POLÍTICO-SOCIAIS

➔ DARWINISMO SOCIAL →



B) Principais Teóricos:

★ Hebert Spencer (1820-1903)

↳ Estatística Social (1851)

★ Cesare Lombroso (1835-1909) →

↳ O homem delinquente (1876)

↳ Características físicas propensas ao crime =

↳ Teoria do criminoso nato



C) Consequências:

↳ Julgamentos e ação policial motivado pela questão racial

↳ Imperialismo e o Neocolonialismo

↳ Ascensão do Nazifascismo →

↳ Racismo Estatal

62 (2017) O New Deal visa restabelecer o equilíbrio entre o custo de produção e o preço, entre a cidade e o campo, entre os preços agrícolas e os preços industriais, reativar o mercado interno — o único que é importante —, pelo controle de preços e da produção, pela revalorização dos salários e do poder aquisitivo das massas, isto é, dos lavradores e operários, e pela regulamentação das condições de emprego.

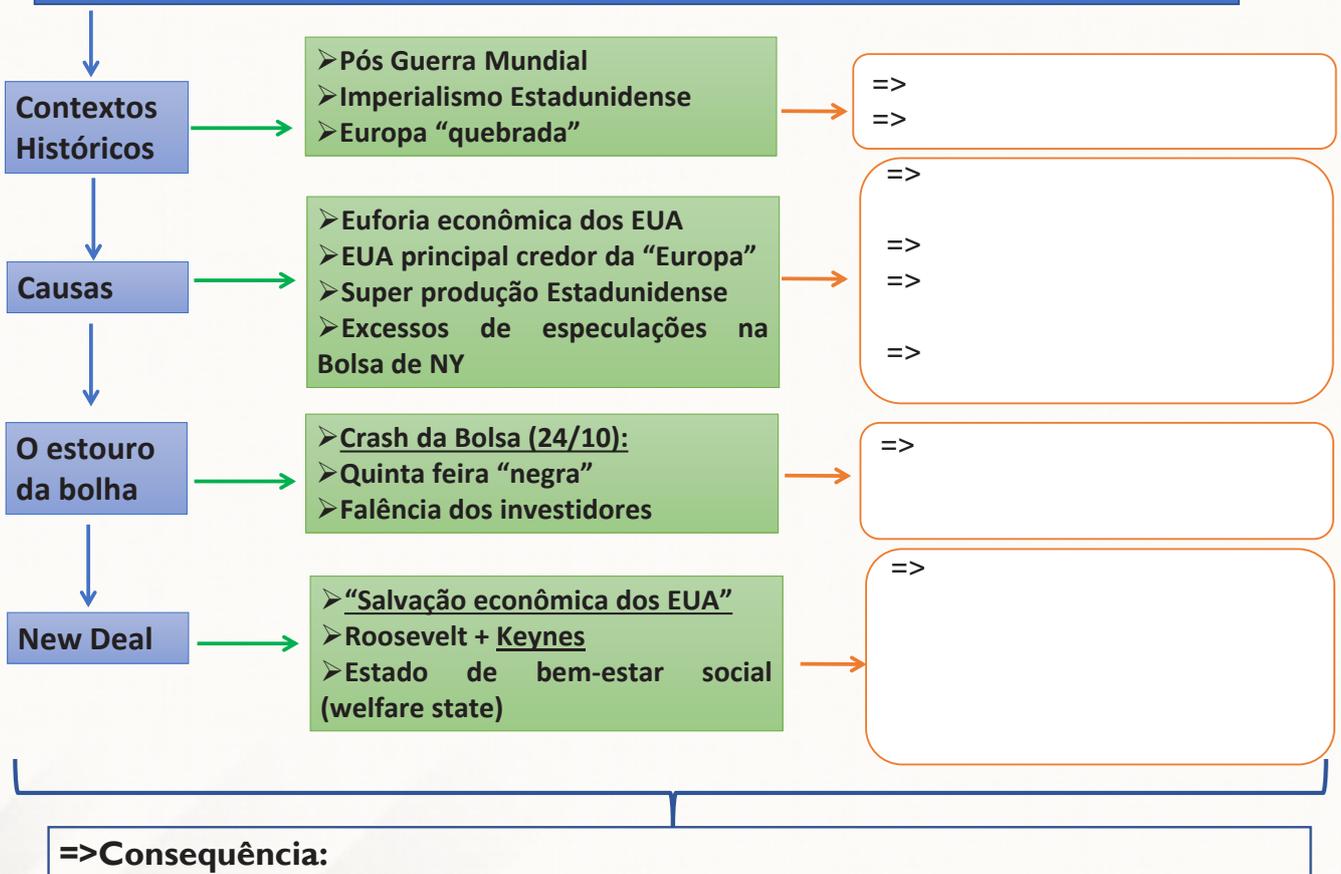
CROUZET, M. Os Estados perante a crise. In: História geral das civilizações. São Paulo: Difel, 1966 (adaptado).

Tendo como referência os condicionantes históricos do entreguerras, as medidas governamentais descritas objetivavam

- a) flexibilizar as regras do mercado financeiro.
- b) fortalecer o sistema de tributação regressiva.
- c) introduzir os dispositivos de contenção creditícia.
- d) racionalizar os custos da automação industrial mediante negociação sindical.
- e) recompor os mecanismos de acumulação econômica por meio da intervenção estatal.

Mapa de Resumo: PERÍODO ENTREGUERRAS I - Prof. Dr. Bruno Blini

A Crise do Capitalismo de 1929 -> Do crash da bolsa ao new deal



3. D. H. E RESPONSABILIDADE DO ESTADO

3.1 – Evolução do papel estatal em relação aos D.H

A) GERAÇÕES/DIMENSÕES DOS DIREITOS HUMANOS/FUNDAMENTAIS

- ➡ **3ª Geração/Dimensão (Fraternidade/Solidariedade)** → “Transindividuais”
 - ➔ Pós-2ª G.M (100 milhões de mortos)
- Dignidade Humana → Surgimento da ONU (1945)
- Direitos Difusos e Coletivos → paz mundial, meio-ambiente, qualidade de vida, etc.
- Autodeterminação dos povos → descolonização dos países
- Documentos → **DUDH (1948)**, Brasil: Const. De 1946 (Dutra) e de **1988 (Cidadã)**

47 (2017) Após a Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU, em 1948, a Unesco publicou estudos de cientistas de todo o mundo que desqualificaram as doutrinas racistas e demonstraram a unidade do gênero humano. Desde então, a maioria dos próprios cientistas europeus passou a reconhecer o caráter discriminatório da pretensa superioridade racial do homem branco e a condenar as aberrações cometidas em seu nome.

SILVEIRA, R. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. Afro-Ásia, n. 23, 1999 (adaptado).

A posição assumida pela Unesco, a partir de 1948, foi motivada por acontecimentos então recentes, dentre os quais se destacava o(a)

- a) ataque feito pelos japoneses à base militar americana de Pearl Harbor.
- b) desencadeamento da Guerra Fria e de novas rivalidades entre nações.
- c) morte de milhões de soldados nos combates da Segunda Guerra Mundial.
- d) execução de judeus e eslavos presos em guetos e campos de concentração nazistas.
- e) lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki pelas forças norte-americanas.

84/2019

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral da ONU na Resolução 217-A, de 10 de dezembro de 1948, foi um acontecimento histórico de grande relevância. Ao afirmar, pela primeira vez em escala planetária, o papel dos direitos humanos na convivência coletiva, pode ser considerada um evento inaugural de uma nova concepção de vida internacional.

LAFER, C. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). In: MAGNOLI, D. (Org.). História da paz. São Paulo: Contexto, 2008.

A declaração citada no texto introduziu uma nova concepção nas relações internacionais ao possibilitar a

- A) superação da soberania estatal.
- B) defesa dos grupos vulneráveis.
- C) redução da truculência belicista.
- D) impunidade dos atos criminosos.
- E) inibição dos choques civilizacionais.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS
DIREITOS HUMANOS

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum,

Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,

A ASSEMBLÉIA GERAL

proclama

A PRESENTE DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS
DIREITOS HUMANOS

como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo I

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

4

Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades humanas fundamentais e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso, Agora portanto

Artigo II

1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2 - Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo III

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo IV

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

5

1. REVISÃO DE HISTÓRIA P/ ENEM (AULA 03)

HISTÓRIA

Prof. Dr. Bruno Blini
67-981379096
@profbrunoblini

46 (2017) No império africano do Mali, no século XIV, Tombuctu foi centro de um comércio internacional onde tudo era negociado — sal, escravos, marfim etc. Havia também um grande comércio de livros de história, medicina, astronomia e matemática, além de grande concentração de estudantes. A importância cultural de Tombuctu pode ser percebida por meio de um velho provérbio: “O sal vem do norte, o ouro vem do sul, mas as palavras de Deus e os tesouros da sabedoria vêm de Tombuctu”.

ASSUMPÇÃO, J. E. África: uma história a ser reescrita. In: MACEDO, J. R. (Org.). Desvendando a história da África. Porto Alegre: UFRGS, 2008 (adaptado).

Uma explicação para o dinamismo dessa cidade e sua importância histórica no período mencionado era o(a)

- a) isolamento geográfico do Saara ocidental.
- b) exploração intensiva de recursos naturais.
- c) posição relativa nas redes de circulação.
- d) tráfico transatlântico de mão de obra servil.
- e) competição econômica dos reinos da região.

B) O Reino de Mali (formado a partir do Séc. XIII):

Origens de Mali

- > Gana, situado ao norte do Rio Senegal, foi um reino poderoso e, pode-se dizer, o antecessor de Mali.
- > Mali foi o primeiro império da África subsaariana de que se têm notícias mais detalhadas.
- > O Rio Níger possibilitava a fertilização das terras e facilitava o transporte das pessoas e das mercadorias.



Imagem: Prédio de barro com as torres - Mali. 1974 / H. Grobe / Creative Commons Attribution-Share Alike 3.0 Unported.

B) O Reino de Mali (formado a partir do Séc. XIII):

◆ Origens de Mali

- Surgiu na região do Alto Níger, entre os domínios do povo Mandinga.
- No início do século XI, um chefe tribal mandinga chamado Keita converteu-se ao islamismo, fazendo uma peregrinação à Meca (1050) recebendo o título de sultão.
- No mesmo período, um chefe sarakole (tribo da região) fundou o reino de Sosso, sendo sucedido por seu filho **Sumanguru Kante**.

◆ Os soberanos de Mali

- Os soberanos de Mali usavam o título de Mansa (rei).
- **Mansa Ule** – filho de Sundiata, reinou entre 1255 e 1270, ampliou o Reino de Mali. Seus descendentes diretos, no entanto, não tiveram a mesma competência.
- **Abubakari II** – era sobrinho de Sundiata. Entre 1310 e 1312, enviou expedições marítimas rumo ao Oeste, tendo sido um fracasso, já que mais de duas mil e duzentas pirogas foram enviadas, tendo retornado apenas uma.

B) O Reino de Mali (formado a partir do Séc. XIII):

◆ O Apogeu:

→ **Kankan Mussa** – também chamado de **Kango** ou **Mansa Musa**. Era filho de Abubakari II, tendo subido ao trono em 1312 aproximadamente. Durante seu reinado (1312 – 1337), Mali chegou ao seu apogeu máximo, sendo, por isso, considerado um de seus maiores imperadores.

→ Sua corte foi uma das mais opulentas do período, sendo célebres a sua peregrinação à Meca e todo o ouro que ele possuía.

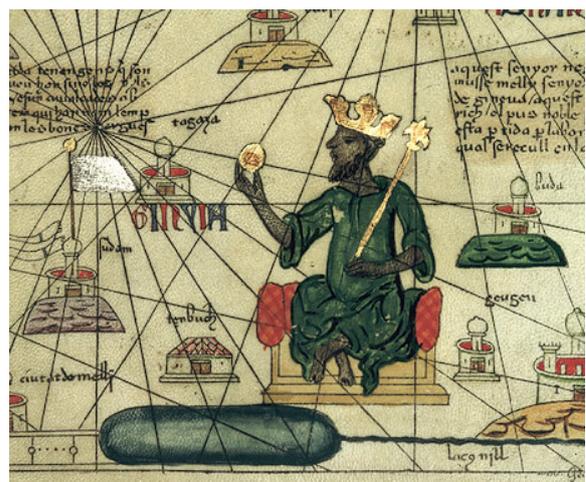


Imagem: Representação de Mansa Musa, governante do Império do Mali no século 14 / desenhada por Cresques Abraão de Mallorca / Domínio público.

B) O Reino de Mali (formado a partir do Séc. XIII):

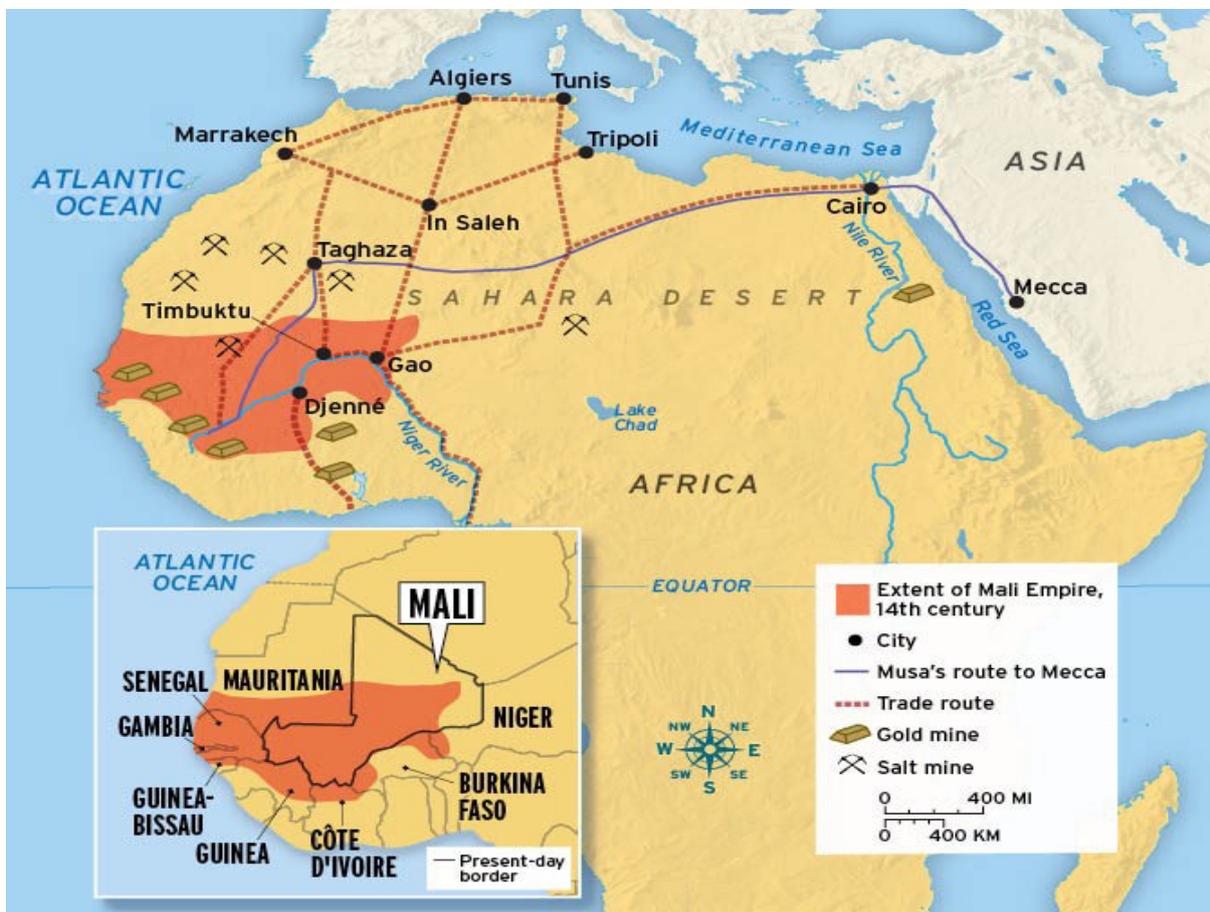
◆ Economia:

- O comércio marítimo e transaariano, possibilitado pela grande variedade de mercadorias, fez com que as transações comerciais alcançassem a Europa.
- **Tombuctu/Timbuktu** = principal cidade mercadora (entrepasto comercial)
- No auge do poder de Mali, mais de doze mil camelos percorriam as rotas comerciais/caravanas que ligavam Mali ao Cairo/Saara.
- Entre os produtos comercializados eram encontrados: tecidos; ouro; conchas; artefatos de metal, madeira e pedra; drogas tropicais; animais raros; plumas; peles; marfim; noz-de-cola; vinho de palma

◆ Artes:

- A música possuía elementos rítmicos tradicionais africanos com elementos árabes.
- Danças tradicionais até hoje em dia mostram a riqueza da cultura malinesa.
- No teatro, destaca-se a utilização de bonecos, fantoches, que encenam histórias tradicionais e cômicas.

Na poesia, os poetas eram celebrados, principalmente os que se dedicavam a narrar os feitos da realeza.



B) O Reino de Mali (formado a partir do Séc. XIII):

◆ O Declínio:

- O Império de Mali se destacou na África por mais de dois séculos exercendo forte influência sobre os povos do Sudão Ocidental e grande parte do Sudão Central.
- Com a morte de Mansa Musa, quem assume o poder é seu filho Magan I, que teve um breve reinado, até 1341, sendo logo substituído por seu tio, irmão de Mansa Musa, Solimão.
- Solimão foi o último grande Mansa (rei) de Mali. Depois de sua morte, o Império entra em decadência. Os tuaregues se apoderaram de Arauan e Ualata, conquistando Tombuctu, em 1435.
- A estrutura construída ao longo de séculos foi destruída: mesquitas, palácios e bibliotecas foram destruídas, os sábios, escravizados, e a estrutura de mando desmantelada.

B) O Reino de Mali (formado a partir do Séc. XIII):

◆ Mali e o Brasil:

- No período da decadência, 1435, Mali e Portugal começam a manter relações comerciais e diplomáticas.
- Nesse período, começa o tráfico de escravos para a Europa e, posteriormente, para o Brasil.
- No Brasil colônia, os africanos provenientes de Mali eram chamados de malês e mandingas. Sabiam ler e escrever em árabe.
- No século XIX, provocaram uma das maiores revoltas de escravos no país: a revolta dos malês.

O uso do turbante foi introduzido, no Brasil, pelos negros malês e mandingas, descendentes do povo de Mali.



50 (2017) Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 27 abr. 2017.

A persistência das reivindicações relativas à aplicação desse preceito normativo tem em vista a vinculação histórica fundamental entre

- a) etnia e miscigenação racial.
- b) sociedade e igualdade jurídica.
- c) espaço e sobrevivência cultural.
- d) progresso e educação ambiental.
- e) bem-estar e modernização econômica.

2) CULTURA E DIREITOS INDÍGENAS:

2.3) LEGISLAÇÃO INDIGENISTA: CONSTITUIÇÃO DE 1988

Título VIII Da Ordem Social

Capítulo VIII Dos Índios

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º.

Visão	TABELA LEGISLAÇÃO INDIGENISTA		
	ANO	ATO	CONTEÚDO / OBJETIVO
Assimilacionista/ Integracionista: - Superioridade da cultura hegemônica; - Caráter transitório da Identidade sócio-político – cultural Indígena.	1916	Código Civil	Os índios como relativamente incapazes, sujeitos ao regime tutelar enquanto não fossem adaptados à civilização do país.
	1934	Constituição Federal	"Incorporação dos silvícolas à comunhão nacional"
	1937	Constituição Federal	Omisso em relação ao status jurídico dos índios
	1946	Constituição Federal	"Incorporação dos silvícolas à comunhão nacional"
	1966	Convenção 107 da OIT	Proteção e integração das populações tribais e semitribais de Países Independentes
	1967	Constituição Federal	"Incorporação dos silvícolas à comunhão nacional"
	1969	Emenda Constitucional	"Incorporação dos silvícolas à comunhão nacional"
	1973	Estatuto do Índio	"... preservar a sua cultura e integrá-los progressiva e harmoniosamente à comunhão nacional"
pluriétnica e multicultural: - proteção e valorização das diferenças; - convivência respeitosa; - reconhecimento das instituições indígenas próprias, submetidas apenas ao marco jurídico do Estado soberano.	1988	Constituição Federal	- Reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições; - Reconhecimento do uso das línguas maternas e processos próprios de aprendizagem no ensino fundamental; - Reconhecimento dos direitos originários (de posse e usufruto exclusivos) sobre as terras que tradicionalmente ocupam; - Consulta às comunidades sobre projetos de exploração mineral; - Reconhecimento da capacidade de postulação em juízo para a defesa de seus direitos e interesses; - Dever da União em demarcar as terras e proteger e fazer respeitar todos os bens indígenas;
	1989	Convenção 169 da OIT, (promulgada no Brasil pelo Dec. 5051 de 19.04.2004)	- Sobre povos indígenas e tribais em países independentes. - Reconhece suas aspirações a "assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram". - Direito de usufruto das riquezas naturais. - Consulta às comunidades sobre projetos de exploração mineral.
	1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Educação escolar bilingue e intercultural

Questão 81 (2020)

Porque todos confessamos não se poder viver sem alguns escravos, que busquem a lenha e a água, e façam cada dia o pão que se come, e outros serviços que não são possíveis poderem-se fazer pelos Irmãos Jesuítas, máxime sendo tão poucos, que seria necessário deixar as confissões e tudo mais. Parece-me que a Companhia de Jesus deve ter e adquirir escravos, justamente, por meios que as Constituições permitem, quando puder para nossos colégios e casas de meninos.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938 (adaptado).

O texto explicita premissas da expansão ultramarina portuguesa ao buscar justificar a

- A) propagação do ideário cristão.
- B) valorização do trabalho braçal.
- C) adoção do cativo na Colônia.
- D) adesão ao ascetismo contemplativo.
- E) alfabetização dos indígenas nas Missões.

I.1) EXPANSÃO MARÍTIMA COMERCIAL (SÉC XV-XVI)

→ AS GRANDES NAVEGAÇÕES

F) CONSEQUÊNCIAS: →

- Sistema colonial
- Escravidão Africano e Nativo
- Acúmulo de Capitais →
- Eurocentrismo →

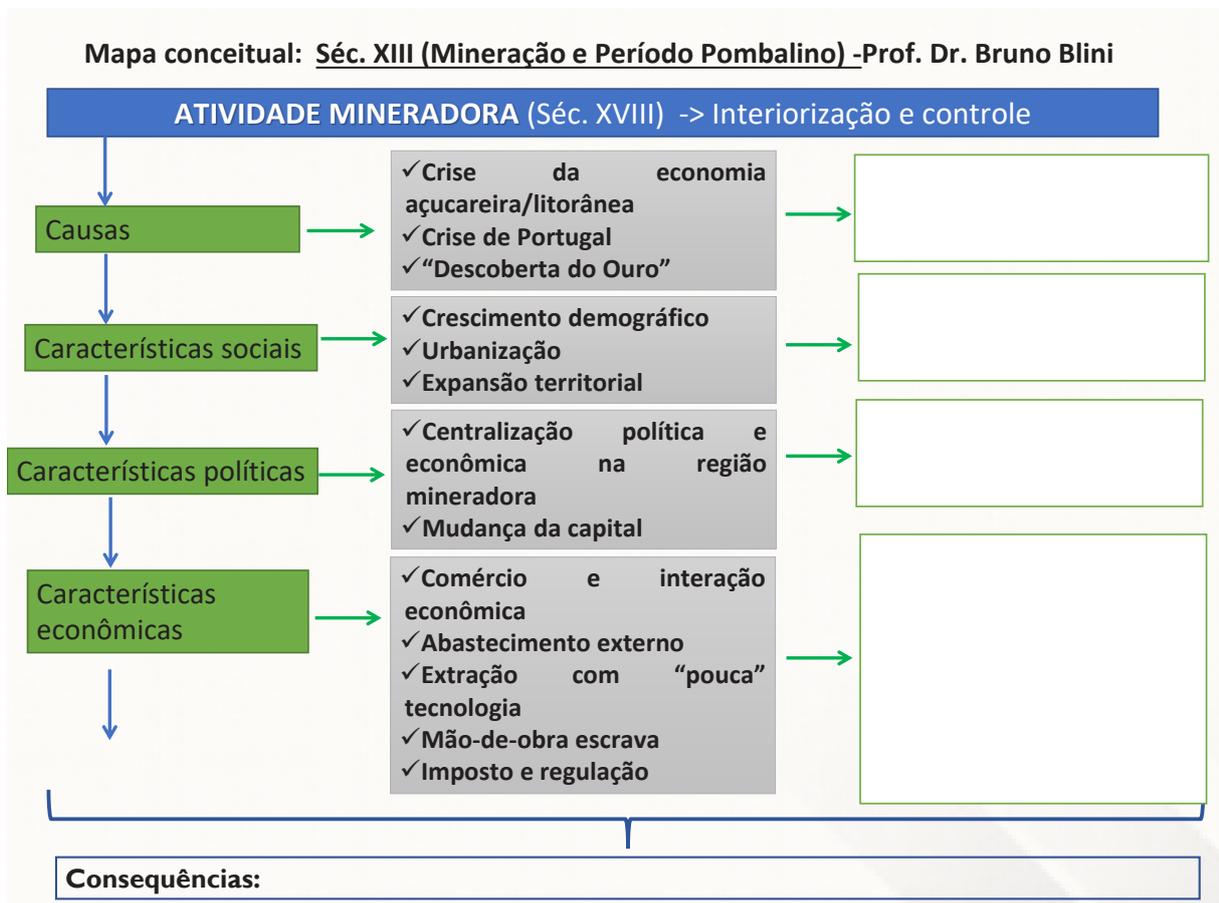
Questão 81 (2019)

A partir da segunda metade do século XVIII, o número de escravos recém-chegados cresce no Rio e se estabiliza na Bahia. Nenhum lugar servia tão bem à recepção de escravos quanto o Rio de Janeiro.

FRANÇA, R. O tamanho real da escravidão. O Globo, 5 abr. 2015 (adaptado).

Na matéria, o jornalista informa uma mudança na dinâmica do tráfico atlântico que está relacionada à seguinte atividade:

- A) Coleta de drogas do sertão.
- B) Extração de metais preciosos.
- C) Adoção da pecuária extensiva.
- D) Retirada de madeira do litoral.
- E) Exploração da lavoura de tabaco.



Questão 59 (2018)

A rebelião luso-brasileira em Pernambuco começou a ser urdida em 1644 e explodiu em 13 de junho de 1645, dia de Santo Antônio. Uma das primeiras medidas de João Fernandes foi decretar nulas as dívidas que os rebeldes tinham com os holandeses. Houve grande adesão da “nobreza da terra”, entusiasmada com esta proclamação heroica.

VAINFAS, R. Guerra declarada e paz fingida na restauração portuguesa. Tempo, n. 27, 2009.

O desencadeamento dessa revolta na América portuguesa seiscentista foi o resultado do(a)

- a) fraqueza bélica dos protestantes batavos.
- b) comércio transatlântico da África ocidental.
- c) auxílio financeiro dos negociantes flamengos.
- d) diplomacia internacional dos Estados ibéricos.
- e) interesse econômico dos senhores de engenho.

1.2 AS INVASÕES ESTRANGEIRAS

↳ Francesa e Holandesa

B) AS INVASÕES HOLANDESAS (1624-1654) :

➔ CARACTERÍSTICAS:

- ➔ A restauração Portuguesa (1644-1654) ➔ fim da invasão holandesa
 - ↳ **Fim da União Ibérica em 1640** ➔ Portugal com ajuda da Inglaterra e da Holanda tornou-se “independente” da Espanha
 - ↳ **Assume o trono português D. João IV** ➔ iniciando a dinastia de Bragança
 - ↳ **Assina a Trégua de 10 anos** = aceitava o domínio Hol. no Nordeste (retribuição)
 - ↳ **Aumento da influência da Inglaterra pela ajuda contra a Espanha**
 - ↳ **Holanda envolvida em conflitos contra a Ing.** = necessitava + lucros
 - ↳ **Nassau se nega aumentar a exploração** = demitido
 - ↳ **Sem Nassau Cia de Comércio Holandesa começa a política de arrocho** (+ impostos e proibição do catolicismo)
 - ↳ **A Insurreição Pernambucana (1645-1654)** processo de expulsão dos Holandeses: populares + senhores: = fugir das dívidas com os holandeses

Questão 82 (2017)

O instituto popular, de acordo com o exame da razão, fez da figura do alferes Xavier o principal dos inconfidentes, e colocou os seus parceiros a meia razão de glória. Merecem, decerto, a nossa estima aqueles outros; eram patriotas. Mas o que se ofereceu a carregar com os pecadores de Israel, o que chorou de alegria quando viu comutada a pena de morte dos seus companheiros, pena que só ia ser executada nele, o enforcado, o esquartejado, o decapitado, esse tem de receber o prêmio na proporção do martírio, e ganhar por todos, visto que pagou por todos.

ASSIS, M. **Gazeta de Notícias**, n. 114, 24 abr. 1892.

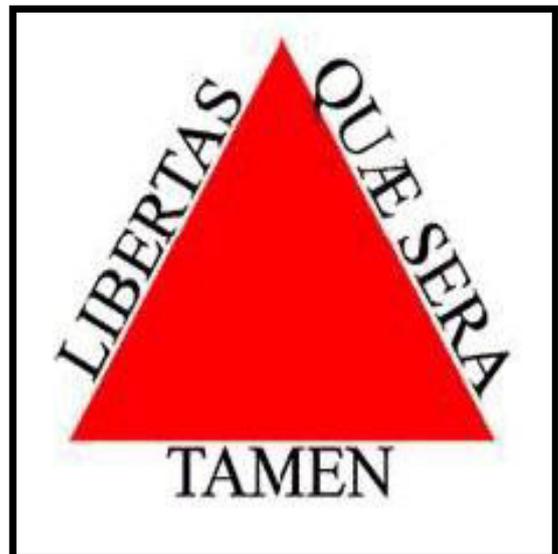
No processo de transição para a República, a narrativa machadiana sobre a Inconfidência Mineira associa

- a) redenção cristã e cultura cívica.
- b) veneração aos santos e radicalismo militar.
- c) apologia aos protestantes e culto ufanista.
- d) tradição messiânica e tendência regionalista.
- e) representação eclesiástica e dogmatismo ideológico.

★ **A Inconfidência Mineira (1789)**



PEDRO AMÉRICO: *Tiradentes esquartejado*, 1893.
Óleo sobre tela, 270 x 165 cm.
Juiz de Fora, Museu Mariano Procópio.



Questão 85 (2020)

O movimento sedicioso ocorrido na capitania de Pernambuco, no ano 1817, foi analisado de formas diferentes por dois meios de comunicação daquela época. O Correio Braziliense apontou para o fato de ser “a comoção no Brasil motivada por um descontentamento geral, e não por maquinações de alguns indivíduos”. Já a Gazeta do Rio de Janeiro considerou o movimento como um “pontual desvio de norma, apenas uma ‘mancha’ nas ‘páginas da História Portuguesa’, tão distinta pelos testemunhos de amor e respeito que os vassalos desta nação consagram ao seu soberano”.

JANCSÓ, I; PIMENTA, J. P. Peças de um mosaico. In: MOTA, C. G. (Org.). **Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: Senac, 2000 (adaptado).

Os fragmentos das matérias jornalísticas sobre o acontecimento, embora com percepções diversas, relacionam-se a um aspecto do processo de independência da colônia luso-americana expresso em dissensões entre

- A) quadros dirigentes em torno da abolição da ordem escravocrata.
- B) grupos regionais acerca da configuração político-territorial.
- C) intelectuais laicos acerca da revogação do domínio eclesiástico.
- D) homens livres em torno da extensão do direito de voto.
- E) elites locais acerca da ordenação do monopólio fundiário.

1. PERÍODO JOANINO (1808-1821)

- Brasil como sede da monarquia
- Vinda/fuga da família real p/ o Brasil
- Marco inicial p/ processo de Independência do Brasil

C) AS REVOLUÇÕES:

A REVOLUÇÃO/INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA (1817)

→ “dos padres”

→ A última revolução separatista contra a coroa portuguesa

◆ **CAUSAS:**

- Crise do açúcar e algodão = grande seca (1816)
- ↑ dos preços da mercadoria Portuguesa
- Influência do Iluminismo/Liberalismo = conservadores x Liberais (revoltosos)

crise econômica =
inflação

◆ **Características**

- Movimento de caráter Iluminista/republicano
- Caráter separatista (em relação do RJ, lusofóbico e nacionalista) = contra a política de D. João VI
- Iniciam um movimento armado e tomam o poder = proclamam a república
- Governo provisório (2 meses) = Lei Orgânica (liberdade de comércio, religião, etc)
- Estendeu-se p/ outras capitanias (CE, PB, RN)

1. PERÍODO JOANINO (1808-1821)

- Brasil como sede da monarquia
- Vinda/fuga da família real p/ o Brasil
- Marco inicial p/ processo de Independência do Brasil

C) AS REVOLUÇÕES:

A REVOLUÇÃO/INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA (1817)

→ “dos padres”

◆ Líderes → Domingos José Martins, Frei caneca, Padre Miguelinho

◆ Consequências

→ **Pouca adesão popular** = nenhuma proposta popular (escravidão)

→ **Movimento reprimido** = execução da maioria dos líderes



Bênção das bandeiras da Revolução de 1817, óleo sobre tela de Antônio Parreiras.

Questão 80 (2017) Com a Lei de Terras de 1850, o acesso à terra só passou a ser possível por meio da compra com pagamento em dinheiro. Isso limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra para os trabalhadores escravos que conquistavam a liberdade.

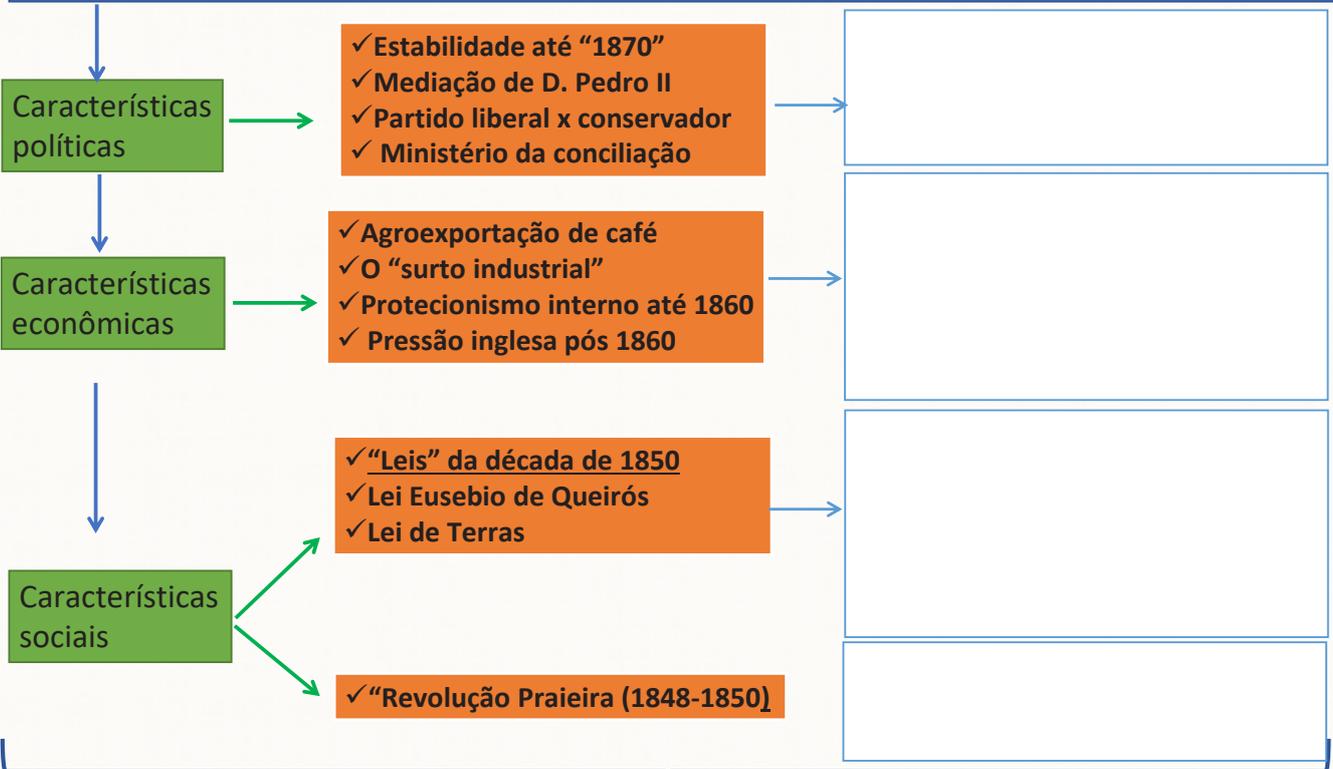
OLIVEIRA, A. U. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp. 2009.

O fato legal evidenciado no texto acentuou o processo de

- a) reforma agrária.
- b) expansão mercantil.
- c) concentração fundiária.
- d) desruralização da elite.
- e) mecanização da produção.

Mapa conceitual: Segundo Reinado I (Política, Economia e Sociedade) - Prof. Dr. Bruno Blini

SEGUNDO REINADO I (1840-1889) -> Da estabilidade política/econômica aos conflitos



Consequências:

1. REVISÃO DE HISTÓRIA P/ ENEM (AULA 04)

HISTÓRIA

Prof. Dr. Bruno Blini
67-981379096
@profbrunoblini

Questão 80 (2019) A Revolta da Vacina (1904) mostrou claramente o aspecto defensivo, desorganizado, fragmentado da ação popular. Não se negava o Estado, não se reivindicava participação nas decisões políticas; defendiam-se valores e direitos considerados acima da intervenção do Estado.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987 (adaptado).

A mobilização analisada representou um alerta, na medida em que a ação popular questionava

- A) a alta de preços.
- B) a política clientelista.
- C) as reformas urbanas.
- D) o arbítrio governamental.
- E) as práticas eleitorais.

1.1) A REVOLTA DA VACINA (1904)

✦ CONTEXTOS HISTÓRICOS:

→ Rio de Janeiro, início do século XX. Uma cidade com cerca de 700 mil habitantes e graves problemas urbanos: rede insuficiente de água e esgoto, toneladas de lixo nas ruas, cortiços superpovoados. Um ambiente propício à proliferação de várias doenças, como tuberculose, hanseníase, tifo, sarampo, escarlatina, difteria, coqueluche, febre amarela, peste bubônica e varíola, as três últimas responsáveis por grandes epidemias. O Rio era conhecido pelos imigrantes que aqui aportavam como “túmulo dos estrangeiros”.



1.1) A REVOLTA DA VACINA (1904)

- **PRESIDENTE** Rodrigues Alves
- **PREFEITO DO RJ** Francisco Pereira Passos (Engenheiro): o prefeito “bota-baixo”
- ↔ **MOTIVOS:**
 - **Projeto de modernização do RJ** inspirando-se em Paris
“túmulo dos estrangeiros”
 - **“Plano de Saneamento e Modernização do RJ”** p/ a elite(elitizada) e autoritária
 - **Desapropriações/demolição dos cortiços para abrir avenidas** política autoritária
moradias coletivas
 - **Expulsão de comunidades pobres das regiões centrais, para morros e o subúrbio**
 - **Alta do custo de vida, e dos aluguéis**
 - **Combate peste bubônica, febre amarela e varíola**
 - **Governo torna a vacina obrigatória** População se rebela e luta contra a polícia
 - ↳ Sem esclarecer a população = medida arbitrária e violenta



Demolições para a construção da avenida Central, 1904-1905
João Martins Torres – Acervo Instituto Moreira Salles

1.1) A REVOLTA DA VACINA (1904)

✚ CARACTERÍSTICAS:

- > O diretor de Saúde Pública, Oswaldo Cruz, convenceu o presidente a decretar a lei da vacinação obrigatória contra a varíola.
- > A população não foi esclarecida sobre a necessidade da vacina. A sociedade reagiu à vacina obrigatória.
- > O governo realizava obras públicas que “limpavam” o centro da cidade da “infecção” da pobreza(deslocados p/periferias, morros, favelas)

✚ CONSEQUÊNCIAS:

- > Prédios depredados, bondes incendiados, lojas saqueadas (12 a 15 de Nov.)
- > Grande número de feridos e numerosas prisões e deportação para o Acre
- > O governo decretou estado de sítio, reprimiu e perseguiu violentamente os revoltosos. O regulamento da vacina foi alterado, tornando facultativa sua aplicação

“A Revolta da Vacina não durou muito. A reação popular levou o governo a suspender a obrigatoriedade da vacina e a declarar estado de sítio em 16 de novembro de 1904. No entanto, sua repercussão foi imensa e seus efeitos, tanto no campo da Saúde Pública como nas áreas política, econômica e social, se fizeram sentir por longo tempo”

Questão 71 (2018) Os seus líderes terminaram presos e assassinados. A “marujada” rebelde foi inteiramente expulsa da esquadra. Num sentido histórico, porém, eles foram vitoriosos. A “chibata” e outros castigos físicos infamantes nunca mais foram oficialmente utilizados; a partir de então, os marinheiros – agora respeitados – teriam suas condições de vida melhoradas significativamente. Sem dúvida fizeram avançar a História.

MAESTRI, M. **1910: a revolta dos marinheiros-um a saga negra**. São Paulo: Global, 1982.

A eclosão desse conflito foi resultado da tensão acumulada na Marinha do Brasil pelo(a)

- a)engajamento de civis analfabetos após a emergência de guerras externas.
- b)insatisfação de militares positivistas após a consolidação da política dos governadores.
- c)rebaixamento de comandantes veteranos após a repressão a insurreições milenaristas.
- d)sublevação das classes populares do campo após a instituição do alistamento obrigatório.
- e)manutenção da mentalidade escravocrata da oficialidade após a queda do regime imperial.

78 (2018) O marco inicial das discussões parlamentares em torno do direito do voto feminino são os debates que antecederam a Constituição de 1824, que não trazia qualquer impedimento ao exercício dos direitos políticos por mulheres, mas, por outro lado, também não era explícita quanto à possibilidade desse exercício. Foi somente em 1932, dois anos antes de estabelecido o voto aos 18 anos, que as mulheres obtiveram o direito de votar, o que veio a se concretizar no ano seguinte. Isso ocorreu a partir da aprovação do Código Eleitoral de 1932.

Disponível em: <http://tse.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 14 maio 2018.

Um dos fatores que contribuíram para a efetivação da medida mencionada no texto foi a

- A) superação da cultura patriarcal.
- B) influência de igrejas protestantes.
- C) pressão do governo revolucionário.
- D) fragilidade das oligarquias regionais.
- E) campanha de extensão da cidadania.

Questão 74 (2018)



Essa imagem foi impressa em cartilha escolar durante a vigência do Estado Novo com o intuito de

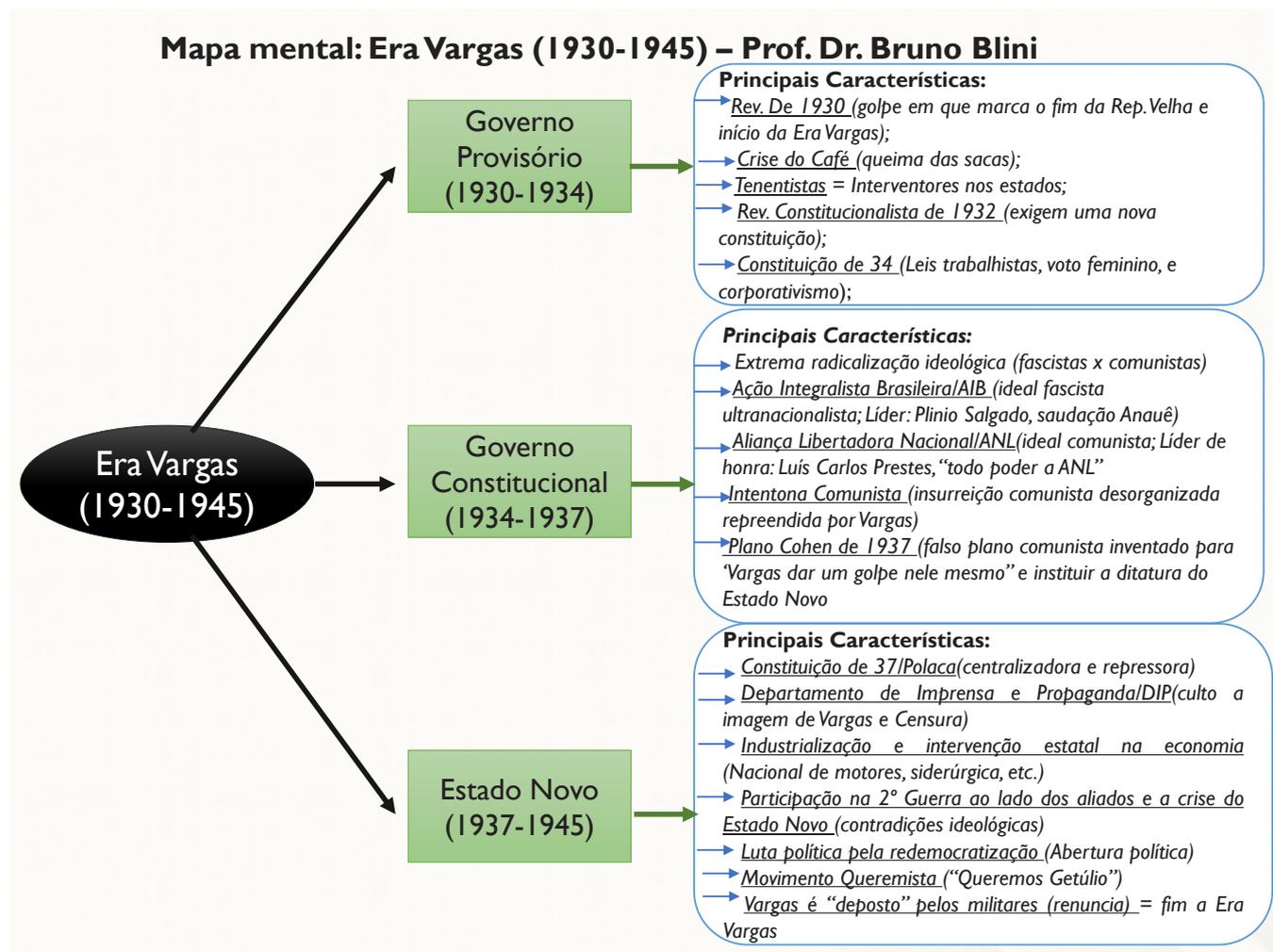
- A) destacar a sabedoria inata do líder governamental.
- B) atender a necessidade familiar de obediência infantil.
- C) promover o desenvolvimento consistente das atitudes solidárias.
- D) conquistar a aprovação política por meio do apelo carismático.
- E) estimular o interesse acadêmico por meio de exercícios intelectuais

81 (2017) Estão aí, como se sabe, dois candidatos à presidência, os senhores Eduardo Gomes e Eurico Dutra, e um terceiro, o senhor Getúlio Vargas, que deve ser candidato de algum grupo político oculto, mas é também o candidato popular. Porque há dois “queremos”: o “queremos” dos que querem ver se continuam nas posições e o “queremos” popular... Afinal, o que é que o senhor Getúlio Vargas é? É fascista? É comunista? É ateu? É cristão? Quer sair? Quer ficar? O povo, entretanto, parece que gosta dele por isso mesmo, porque ele é “à moda da casa”.

A Democracia. 16 set. 1945, apud GOMES, A. C.; D'ARAÚJO, M. C. **Getulismo e trabalhismo.** São Paulo: Ática, 1989.

O movimento político mencionado no texto caracterizou-se por

- reclamar a participação das agremiações partidárias.
- apoiar a permanência da ditadura estadonovista.
- demandar a confirmação dos direitos trabalhistas.
- reivindicar a transição constitucional sob influência do governante.
- resgatar a representatividade dos sindicatos sob controle social.



Mapa de Resumo: **REPÚBLICA DEMOCRÁTICA-POPULISTA I** - Prof. Dr. Bruno Blini

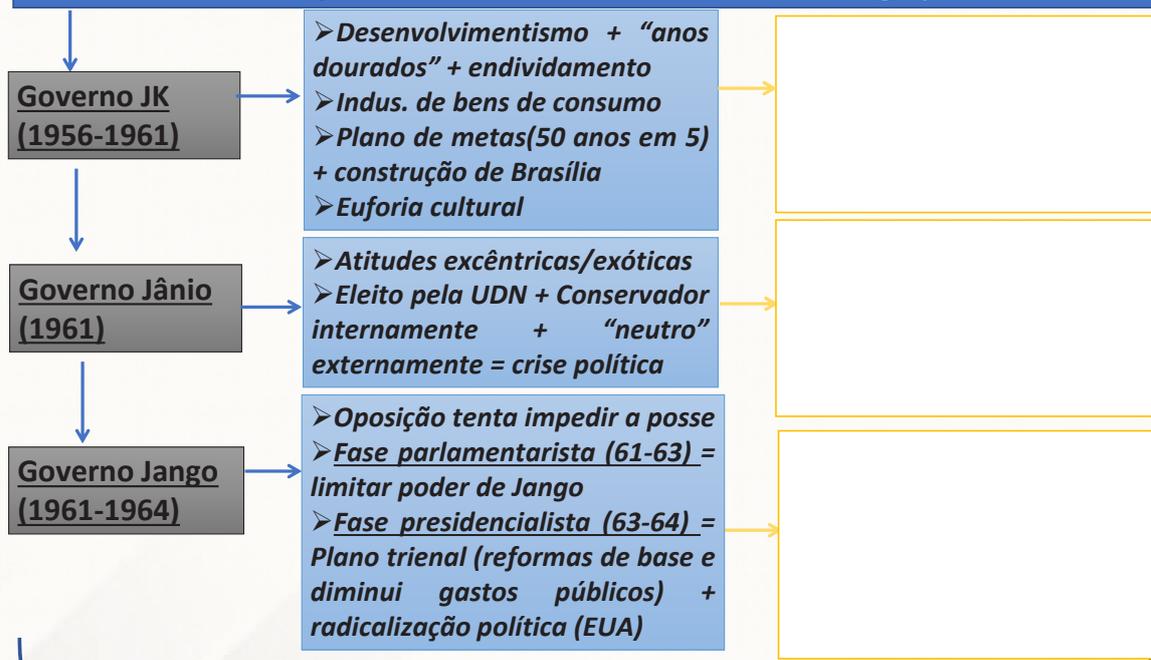
GOVERNOS DUTRA E VARGAS -> Do liberalismo conservador ao nacionalismo



Consequências:

Mapa de Resumo: **REPÚBLICA DEMOCRÁTICA-POPULISTA II** - Prof. Dr. Bruno Blini

GOVERNOS JK, JÂNIO E JANGO -> Da democracia ao golpe militar



Consequências:

Questão 61 (2018)

Programa do Partido Social Democrático (PSD) Capitais estrangeiros

É indispensável manter clima propício à entrada de capitais estrangeiros. A manutenção desse clima recomenda a adoção de normas disciplinadoras dos investimentos e suas rendas, visando reter no país a maior parcela possível dos lucros auferidos.

Programa da União Democrática Nacional (UDN) O capital

Apelar para o capital estrangeiro, necessário para os empreendimentos da reconstrução nacional e, sobretudo, para o aproveitamento das nossas reservas inexploradas, dando-lhe um tratamento equitativo e liberdade para a saída dos juros.

CHACON, V. História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas. Brasília: UnB, 1981 (adaptado)

Considerando as décadas de 1950 e 1960 no Brasil, os trechos dos programas do PSD e UDN convergiam na defesa da

- A) autonomia de atuação das multinacionais.
- B) descentralização da cobrança tributária.
- C) flexibilização das reservas cambiais.
- D) liberdade de remessa de ganhos.
- E) captação de recursos do exterior.

1 REPÚBLICA DEMOCRÁTICA/POPULISTA (1946-1964):

↳ PERÍODO ENTRE A ERA VARGAS E A DITADURA MILITAR

A) Contextos Históricos:

- **Fim da 2ª Guerra Mundial** derrota do Nazifascismo
- **Forte Bipolarização Ideológica** Guerra fria
- **Volta dos partidos políticos** UDN, PTB, PCB, PSD

1.1 GOVERNO DE EURICO GASPAR DUTRA (1946-1951):

- Eleito presidente pelo PSD e apoiado pelo PTB
- Dutra = ex-ministro de Guerra de Vargas
- Vargas eleito senador



Vargas, mesmo deposto, foi eleito senador constituinte pelos estados do Rio Grande do Sul (na legenda do PSD) e de São Paulo (pelo PTB), sem falar dos seis estados, além do Distrito Federal, que o elegeram deputado federal (os mesmos dois, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Paraná). A legislação eleitoral da época não exigia o domicílio como condição para a inscrição dos candidatos, permitindo assim que um político concorresse por estados e partidos diversos.

Retorno do Pluripartidarismo

- PTB: sindicalistas e funcionários do Estado.
- PSD: ex-interventores e oligarquias rurais.
- UDN: burguesia urbana, intelectuais liberais, militares conservadores (radicalmente contra Vargas).
- PCB: trabalhadores, lideranças sindicais e intelectuais progressistas.



→ Ideologia Econômica dos Partidos:

↔ UDN = Projeto liberal: abertura econômica aos capitais estrangeiros e total alinhamento com os EUA

↔ PSD/ PTB (uma parte) = Nacional-desenvolvimentista: conciliação do projeto nacional com os capitais estrangeiros para desenvolvimento industrial

↔ PCB = Nacional-reformista: ala mais ligada as ideologias de esquerda, projeto de desenvolvimento através do capital estatal e o capital privado nacional

58 (2018) A democracia que eles pretendem é a democracia dos privilégios, a democracia da intolerância e do ódio. A democracia que eles querem é para liquidar com a Petrobras, é a democracia dos monopólios, nacionais e internacionais, a democracia que pudesse lutar contra o povo. Ainda ontem eu afirmava que a democracia jamais poderia ser ameaçada pelo povo, quando o povo livremente vem para as praças – as praças que são do povo. Para as ruas – que são do povo.

Disponível em: www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/discurso-de-joao-goulart-nocomicio-da-central. Acesso em: 29 out. 2015

Em um momento de radicalização política, a retórica no discurso do presidente João Goulart, proferido no comício da Central do Brasil, buscava justificar a necessidade de

- A) conter a abertura econômica para conseguir a adesão das elites.
- B) impedir a ingerência externa para garantir a conservação de direitos.
- C) regulamentar os meios de comunicação para coibir os partidos de oposição.
- D) aprovar os projetos reformistas para atender a mobilização de setores trabalhistas.
- E) incrementar o processo de desestatização para diminuir a pressão da opinião pública.

76) (2017) Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa da Mina (Nagô de Nação), de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito ativa, geniosa, insofrida. Dava-se ao comércio — era quitandeira, muito laboriosa e, mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreição de escravos, que não tiveram efeito.

AZEVEDO, E. “Lá vai verso!”: Luiz Gama e as primeiras trovas burlescas de Getulino. In: CHALHOUN, S.; PEREIRA, L. A. M. A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998 (adaptado).

Nesse trecho de suas memórias, Luiz Gama ressalta a importância dos(as)

- a) laços de solidariedade familiar.
- b) estratégias de resistência cultural.
- c) mecanismos de hierarquização tribal.
- d) instrumentos de dominação religiosa.
- e) limites da concessão de alforria.

